



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VIII — N.º 74 — SÃO PAULO, AGOSTO DE 1963 — Redação: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 S/2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

SOLDADOS E MULHERES DE PORTUGAL CONDENAM GUERRAS COLONIAIS!



Paz em Angola e na Guiné!

No momento em que o colonialismo português é uma vez mais colocado perante as Nações Unidas e a consciência universal, como um atentado à paz mundial e ao direito sagrado dos povos à auto-determinação e independência, cabe-nos definir a posição e interesses do povo português.

As guerras de genocídio desencadeadas em Angola e Guiné por Salazar e seus parceiros colonialistas portugueses e estrangeiros, não correspondem aos reais interesses do povo português. Angola e Guiné, Moçambique e restantes colónias portuguesas, são apenas fontes de lucro das grandes companhias financeiras e dos monopólios nacionais e estrangeiros. As riquezas naturais das colónias, os seus minérios, as suas florestas, o solo fértil, não são fontes de riqueza para os povos coloniais nem para o povo português. Elas têm servido exclusivamente para encher os cofres dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros.

Por outro lado a "obra civilizadora" de Salazar em Angola e restantes colónias é idêntica à

obra de "renovação" levada a efeito pela chamada "Revolução nacional" em Portugal. Essa obra consiste, tanto nas colónias como em Portugal, na miséria e na fome, no obscurantismo e na falta de liberdades civis, na perseguição diária aos grandes valores da cultura e ciência nacionais, na proteção dos interesses dos grandes financeiros à custa do esmagamento do povo na existência de uma polícia política que prende tortura e assassina os mais valentes lutadores pela independência nacional.

Salazar para esmagar a luta dos povos coloniais recorre à guerra. A nossa juventude é retirada dos campos e das fábricas, das escolas e dos escritórios, é chamada às fileiras e lançada numa guerra injusta. Em Portugal fica o choro e sofrimento das mães, das esposas, e das noivas. Salazar e sua camarilha dizem que a nossa juventude parte cantando. Ninguém, porém, canta no meio da tristeza e da dor e o povo português vive há 37 anos submerso no silêncio e no sofrimento. Salazar e sua camarilha falam no patriotismo da juventude e dos seus familiares, porém são conhecidas as cenas nas estações e nos

cais de embarque — como as fotos que reproduzimos nesta página — em que os soldados e famílias mostram bem a sua tristeza, dor e desolação. Fisionomias perplexas e agressivas, reveladoras do ódio ao fascismo que condena essa mocidade à guerra.

Salazar não quer saber dos laços de união da carne e do sangue. A juventude é precisa para defender em Angola, Guiné e restantes colónias os monopólios e os trustes da alta finança. Que a juventude morra não importa ao tirano, o que lhe importa é que a Diamang, a CUF, a SONAP, etc. continuem a explorar os povos das colónias e o povo português.

A juventude portuguesa já compreendeu que morre nas colónias não em defesa dos interesses do seu povo; ela morre numa guerra injusta e fratricida em que portugueses, angolanos e guineenses se matam em virtude da mesma política criminosa e absurda de Salazar.

**PORTUGAL
DEMOCRATICO**



PORTUGAL DEMOCRATICO

O Caminho Revolucionario

O CAMINHO REVOLUCIONARIO

Já dissemos em outro artigo que Portugal era ao mesmo tempo um país oprimido e um país oprimidor. Esta peculiaridade de país colonialista e colonizado é, porém, uma das condições que favorece grandemente a luta dos opositores portugueses na hora atual, pois coloca o salazarismo, contra a sua vontade, no centro nevrálgico da encruzilhada da nossa época, e por conseguinte a lutar em várias frentes num pleito do qual se pode sair derrotado.

O mundo de hoje é bastante diferente daquele em que a ditadura fascista portuguesa se sentia forte e contava com o apoio irrestrito de forças que então eram ainda o fator decisivo na evolução e no destino da humanidade.

Nessa época sombria que precedeu à II Guerra Mundial tudo era flores para o regime fascista! As forças do imperialismo e do colonialismo alentaram descaradamente a aventura corporativa de Salazar e do regime autocrático e que lhe servia de biombo para a rapina e o saque dos povos coloniais e do próprio povo português. Tudo era fácil, então, para os imperialistas e para os lacaios dos imperialistas. Vastíssimas zonas do Universo encontravam-se nas suas mãos. Através da enorme bomba de sucção dos "trustes" e dos monopólios — como se o mundo fora um limão ou um tanque de petróleo — o imperialismo espremia o sumo da terra e o sangue dos povos. Antigas e extensas comunidades de Asia e de Africa, da América Latina e de Oceania, e até alguns países da Europa, estavam amarrados a esse esquema monstruoso e sofriram, além da miséria, a opressão política. O fascismo e o nazismo, que eram a expressão violenta do imperialismo econômico, pareciam donos do mundo. E dir-se-ia que os belos sonhos de Owen, Moro, Babeuf e as previsões de Marx — que inclusive já tinham criado raízes numa terceira parte da terra — não eram mais que quimeras, que belos sonhos. Todas estas utopias e experiências seriam exterminadas em breve e varridas da face da terra definitivamente. A sombra do Apocalipse pairava sobre o dorso dos povos subjugados e a esperança de redenção parecia languidecer como a tenue chama de uma candeia vazia.

Porém a História, que escreve direito por linhas tortas, zombou dos profetas do Apocalipse e dos célicos que negavam a viabilidade de uma sociedade sem exploradores nem explorados, de um mundo não capitalista, e em poucos anos, logo a seguir à II Guerra Mundial, modificou o mapa-mundi e a correlação das forças motrizes da época contemporânea.

O fascismo e o nazismo foram derrotados nos seus próprios covis. Das cinzas do inferno nazista resurgiram para uma vida nova povos europeus que engrossaram a grinalda socialista: Tchecoslováquia, Polónia, Romenia, Hungria, Albânia, Bulgária, Iugoslávia, República Democrática Alemã, etc.

Nesta nova situação o desmembramento do sistema colonial imperialista tornou-se irreversível. China Popular, Viet-Nam, Coreia do Norte desprenderam-se também da órbita capitalista e ingressaram triunfalmente na senda do socialismo.

Em escassas dezenas de anos, o sistema socialista deixou de ser uma experiência local para abranger zonas cada vez mais vastas do planeta, transformando-se na alavanca principal da evolução, na época contemporânea, pois não somente progride a um ritmo sem precedentes no campo da produção, da técnica, da ciência e da cultura como o seu exemplo portentoso, entusiasmo centenas de milhões de seres nos cinco continentes, sumidos na pobreza e ávidos de orientação e de ajuda. Paralelamente, libertaram-se das algemas imperialistas dezenas de outros países, transformando-se em Estados soberanos e independentes. No continente asiático já quase não restam colónias, e na Africa cada dia se desprende um novo Estado do cacho imperialista.

As colónias portuguesas encravadas no coração do continente negro não poderiam portanto escapar a esta onda libertadora que sacu-

dia e sacode o Universo. A guerra de Angola e a queda de Goa, Damão e Diu assinalam o eclipse do império colonial português, ao qual o salazarismo não poderá sobreviver.

A desintegração e o ocaso do colonialismo aparecem, pois, intimamente ligados, a crise geral do sistema capitalista, por um lado, e por outro, ao ascenso vertiginoso do sistema socialista na escala mundial.

O mundo de hoje divide-se, portanto, em duas partes. Numa delas estão todos aqueles que vivem da exploração das colónias e países dependentes e pretendem reverter e perpetuar o sistema colonialista e imperialista. Na outra o poder e perpetuar o sistema dessa exploração e domínio e aqueles que, já libertos, aspiram a ver irradiados definitivamente os últimos vestígios da opressão.

Na perspectiva desta nova conjuntura histórica, nenhum país que lute pela sua liberdade e pela auto-determinação estará só. Esteja onde esteja, seja grande ou pequeno... O símbolo vivo disto, desta aurora redentora que agita a Humanidade, é Cuba, a pequena e heróica Cuba!

E como a Cuba de Martí e Fidel, todos os pequenos povos que se levantem contra a tirania fascista, contra o atraso económico, contra a dominação colonialista e imperialista!

Portugal, através das ações combinadas da Oposição democrática e da luta dos povos oprimidos das colónias, está também em condições de empreender a batalha pelo derubamento da ditadura fascista e pela restauração da República, de uma República Popular e Progressista. De futuro, pois, a luta tem que partir da avaliação cuidadosa e estrita desta base: unidade de ação interna, luta dos povos coloniais, perspectiva internacional.

ESCLARECIMENTO

O interesse despertado por uma série de artigos meus, publicados recentemente no PD, indica que o problema da via mais indicada para derrubar a ditadura de Salazar, é hoje um problema candente da Oposição democrática. Porém, ou porque as teses defendidas sejam susceptíveis duma dupla interpretação ou porque não se soube expressá-las com suficiente clareza, alguns amáveis leitores entre os quais velhos e dilectos amigos, parece terem descoberto nas minhas palavras um sentido que eu não quis dar-lhes em nenhum momento. Convém aclarar. De facto não há dúvida que defendi (e sigo defendendo) que a via capaz de derrubar a ditadura fascista de Salazar seria, na presente conjuntura, o caminho da luta armada.

Defendi também a tese de que existiam já condições objectivas internas e externas favoráveis para um movimento e levante nacional e popular. Disse entretanto, claramente, que as condições subjectivas não tinham o mesmo nível das objectivas e que nisto residia o calcanhar de Aquiles da Oposição. Que as condições objectivas por si só não eram suficientes para provocar um levantamento nacional. Disse que para logr-lo seria necessário organizar as massas, unir todos os sectores da Oposição e elaborar uma estratégia de acção revolucionária adequada às novas condições nacionais e internacionais. Disse que as lutas de massas, as mais diversas, se deviam intensificar e elevar a um nível superior; e atendendo, precisamente, a que a via pacífica não era já a indicada para terminar com a ditadura, estas se deveriam orientar e enquadrar, de futuro, no quadro geral da nova estratégia — a via não pacífica, a luta armada.

Não disse — ou não quis dizer — portanto que já devíamos começar a luta armada. Que já existiam todas as condições, as objectivas e as subjectivas, para começar duma vez a insurreição, o assalto ao poder.

Não disse — não creio ter dito — tampouco que o levantamento armado se poderia levar a efeito fora do âmbito das acções de massa, ou separado das condições determinantes prévias e necessárias — organização, unidade, etc. Nunca preconizei que a via não pacífica ou a luta armada tivera que consubstanciar-se necessariamente com



MEMÓRIAS DO CAPITÃO João Sarmiento Pimentel

Com prefácio do Prof. Jorge de Sena, capa e fotos de Fernando Lemos, a editora Felman-Rêgo acaba de lançar mais um livro, cuja capa reproduzimos no cliché acima.

MEMÓRIAS DO CAPITÃO João Sarmiento Pimentel, é uma obra escrita numa linguagem regionalista, autêntica, num estilo próprio que os críticos literários colocam a par de Camilo e Aquilino.

Tratando de importantes acontecimentos em que participou, o Capitão João Sarmiento Pimentel narra para as novas gerações episódios sobre a luta contra o expansionismo alemão, em Africa, no decurso da guerra de 1911-18; a participação das portuguesas na "Guerra da Flandres"; lutas no tempo do Sidónio Pais e a sua participação no movimento revolucionário de 3 de Fevereiro de 1927 contra a ditadura implantada em 28 de Maio de 1926 e que ainda hoje oprime a Nação portuguesa. Recomendamos a leitura desta obra a todos os democratas portugueses, particularmente aqueles que, vivendo no exílio, perderam o contacto directo com as coisas e dizeres da nossa terra e da nossa gente.

(Pedidos à nossa Redacção ou Editora Felman Rêgo — Av. da Liberdade, 626 — L.o, sala 3 — S. Paulo

A Italia e o salazarismo

ROMA (Do Correspondente) — Recentemente, realizou-se, na sede do Partido Radical, uma sessão pública em que foram apresentados, a um público numeroso e atento, especialmente composto por jovens, muitos documentos e provas de vários crimes praticados pelo regime de Salazar.

A sessão foi levada a efeito por iniciativa conjunta do grupo "Nova Resistência" das Edições "Avanti" e da Livraria "Terceiro Mundo" e os documentos apresentados foram extraídos do volume recentemente lançado pelas Edições "Avanti" sob o título de "Dossier sobre Portugal", da autoria de Dante Bellamio mas composto em grande parte de trechos de anti-fascistas portugueses.

Além do autor do "dossier" usaram da palavra os escritores e políticos Dante Gobbi, Marco Pannella, Antonio Letieri e o advogado Agostinho Battini. Há pouco regressado de Lisboa, onde acompanhou o julgamento do estudante José Bernardino, e que relatou ao auditório todas as arbitrariedades judiciárias habitualmente cometidas pelo salazarismo e de que pôde aperceber-se.

Este importante acto público de repúdio ao salazarismo e de solidariedade com a causa dos democratas portugueses veio mostrar, mais uma vez, como o povo português pode contar incondicionalmente com a fraterna camaradagem dos democratas e anti-fascistas italianos.

qualquer espécie de aventura militar, acção terrorista ou inclusive uma mera acção de auto-defesa se esta não fora dimanada dum comando responsável e enquadrada no plano geral da luta.

Como, pelo visto, certos aspectos dos meus artigos não resultaram suficientemente claros, talvez pela pressa com que foram escritos, talvez pelo multifacético e limitado das teses, prometo ampliar e explicitar aquelas que motivaram tanto interesse, seja pela via do próprio P.D., seja pela via epistolar.

Convém ainda anotar que os artigos foram escritos muito antes da Conferência de Dezembro e que do seu contexto, porventura equivocado, ou equivocado não se pode extrair nenhuma presunção sequer de qualquer discrepância com o meu sector político.

J. LOPES MENDES

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

PORTUGAL LUTA CONTRA O TEMPO EM AFRICA

"O Governo tem absoluta confiança na possibilidade de manter o atual regime. Moçambique é Portugal e nenhuma reforma de Moçambique pode influenciar o papel da ditadura até que Portugal modifique esse mesmo papel ou se verifique uma revolução em Moçambique. Jamais alguém poderá pensar que ela venha dos brancos. Embora alguns se oponham fortemente ao regime não são revolucionários. Poderia vir dos africanos dirigidos pelo dr. Mondlane, cujo movimento de libertação africano actua não só no Tanganyka como tem grandes apoios na sua oposição ao Governo e uma organização clandestina dentro da colónia.

O Tanganyka, Ghana e outros países africanos auxiliam o dr. Mondlane. Os dirigentes da Nixerlandia e da Rodésia do Norte simpatizam com o movimento. O dr. Mondlane como qualquer outro líder africano empenhado numa luta nacionalista servir-se-ia sem dúvida do dinheiro comunista se o conseguisse, porém, sem qualquer intenção de dar algo em troca. O perigo para o regime em Moçambique é maior do que o governo pensa ou sequer admite.

(...) Politicamente, as últimas reformas permanecem ainda no papel e pouco significam na marcha dos acontecimentos. O velho sistema dos assimilados foi abolido. Como antes, toda a criança, branca ou negra, é cidadã portuguesa por nascimento. Mas um cidadão negro já não necessita alcançar determinados níveis de educação e cultura para que lhe sejam conferidos todos os direitos de cidadania. Estes direitos incluem o privilégio de pagar o imposto de soberania, que constitui uma das várias razões para o lento aumento dos assimilados. Um cidadão negro agora tem de escolher entre submeter-se à lei e costumes nativos, aceitando o veredicto do seu chefe tribal ou à lei portuguesa em que o imposto de soberania tem novamente uma importância relevante. Como os chefes obedecem inteiramente ao Governo, a escolha faz muito pouca diferença para a preservação do regime português.

(De "THE TIMES", 14-6-63)

A TRINDADE MALDITA

"O dr. Verwoerd, sir Roy Welensky e o dr. Salazar formaram uma trindade maldita que tem de ser exterminada com o colonialismo e os seus vestígios da face da África segundo afirmou o sr. Rashidi Kahawa, vice-presidente do Tanganyka na abertura de uma Conferência do Comité de Libertação de 9 dirigentes criada por força das decisões de Addis-Abeba. O sr. Kahawa acusou também a Inglaterra e os Estados Unidos de serem "os maiores amigos e aliados da Africa do Sul, de Portugal e de sir Roy. Referiu-se ao "esforço dos nossos inimigos e disse que "a trindade maldita do dr. Verwoerd, sir Roy Welensky e dr. Salazar despendia em operações de defesa um total de 200 milhões de libras sul-africanas.

(Do "Rand Daily Mail", 26-6-63)

MISSÃO NA AFRICA

O Senegal rompeu as relações diplomáticas com Portugal. Não acreditamos que esse ato inamistoso possa causar novo terremoto de Lisboa. Mas o rompimento parece um pouco mais importante do que as notícias que nos trazem d'além-mar os generais, deputados, senadores e reporteres brasileiros convidados pelo governo de Lisboa, informando-nos que os banquetes ali são magníficos, que os pretos de Angola ao ouvir o nome de Salazar dão pulos de alegria e que o amor continua diferente em Portugal.

Pois o crescente isolamento de Portugal na Africa e no mundo ameaça acabar com a celebre missão lusa no continente preto. Missionários isolados na floresta sempre correram o perigo de serem transformados em prato principal de banquetes muito diferentes dos de Lisboa. E quem convidará, então, nossos deputados, senadores, generais e reporteres?

Mas que missão é esta? Missão administrativa? A de administrar

bem as províncias ultramarinas? Afirma-se em Lisboa que Angola e Moçambique não são colónias, mas províncias portuguesas. Não temos nada contra essa afirmação quando pronunciada pelas autoridades portuguesas. Mas temos muitíssimo contra quando repetida por brasileiros. Pois Portugal nunca teve oficialmente colónias. Com a sutileza que a colónia atribui injustamente aos padres da Companhia de Jesus, os colonialistas de Lisboa afirmam que o Brasil também sempre foi uma província. Mas nesse caso o Tiradentes foi justamente condenado e esquarterado. Quando brasileiros aderem à tese das "províncias ultramarinas de Portugal", cometem traição.

Responderá aquela mesma sutileza pseudo-iesuítica que Portugal já não reivindica a soberania sobre as províncias brasileiras — muito obrigado — porque aqui já cumpriu sua missão de difundir a fé e a civilização. Mas na Africa ainda tem de converter feticheiros e ensinar o alfabeto aos selvagens. Está, agora, convertendo-os e instruindo-os há 500 anos, mas o número de pretos batizados e alfabetizados em Angola ainda não chegou ao 3% da população. Continuando nesse ritmo, Angola deveria ficar "província" portuguesa durante mais uns 50.000 anos, o que não é um algarismo histórico mas astronómico.

Espera-se, porém, em Lisboa que o prazo possa ser abreviado pelo recurso principal da colonização portuguesa: pela intensa mistura das raças, assim como aconteceu no Brasil. Pois o amor, que é diferente em Portugal, é mais diferente em suas províncias ultramarinas: desempenha papel político, e em Angola um Profumo não seria destituído mas premiado.

Por enquanto, os propagandistas da civilização ocidental em Angola não recebem prémios em dinheiro: têm de contentar-se com a satisfação íntima que lhes proporciona seu trabalho. Quem recebe os prémios, em dinheiro, são as companhias comerciais que exploram a colónia e seus habitantes. É preciso dizer, nesta altura, que não representam Portugal. Não representam o país de Camões e Fernando Pessoa, de Antero de Quental e Ferreira de Castro, o Portugal verdadeiro que ressaltamos e cuja redenção esperamos justamente do fim da aventura africana.

Pois só existe um único meio para justificar a manutenção do "status quo" em Angola e Moçambique: um plebiscito, com sufrágio universal livre dos habitantes. Mas como pode a ditadura conceder aos pretos de Angola e Moçambique aquilo que ela nega aos brancos de Lisboa e do Pôrto? É essa contradição intrínseca que derrubará a ditadura dos anacrónicos mercantilistas e Tartufos em Portugal, que não têm o direito de invocar, para continuar suas atividades de exploração, a comunidade luso-brasileira. O Brasil tem interesses, mas não tem missão na Africa.

OTTO MARIA CARPEAUX ("Correio da Manhã", 18-7-63)

Professor Pulido Valente

Outro falecimento que veio, inesperadamente, enlutar todos os democratas portugueses foi o do Prof. Francisco Pulido Valente, ocorrido num dia de Julho p.p.

O Prof. Pulido Valente fez parte, com numerosos outros catedráticos de Lisboa, Pôrto e Coimbra, do primeiro grande expurgo de professores realizado pelo governo de Salazar pouco após o fim da guerra.

Mestre admirado por todos os clínicos portugueses, o Prof. Pulido foi sempre um intelectual comprometido com a libertação do povo português, nunca se tendo demitido da participação activa nas lutas anti-fascistas. Ocorre lembrar, por exemplo, que o seu nome ficou ligado ao de Aquilino Ribeiro não só através de uma camaradagem de muitas dezenas de anos como pelo oferecimento que da obra lhe fez o escritor de "Quando os Lobos Uiyam".

A toda a família e especialmente a seu genro, filho e neto, Dr. Pedro Monjardino, eng. Fernando Pulido Valente, Dr. João Monjardino "Portugal Democrático" apresenta os seus pésames.

Novas e comentários

Portugueses e Angolanos

Nas últimas semanas, vieram a público numerosas notícias respeitantes às organizações nacionalistas angolanas, dando conta — umas — de grave crise interna no M.P.L.A. e na Frente Democrática em que recentemente se integrou e — outras — do fortalecimento político e diplomático do chamado Governo da República de Angola presidido pelo sr. Roberto Holden, ao qual os antigos dirigentes do M.P.L.A. continuam estranhos.

Não cabe, como é evidente, aos democratas portugueses pronunciarem-se sobre tais notícias, como não caberia aos nacionalistas angolanos tomarem partido em contendas internas da Oposição Portuguesa. Mas só o medo das responsabilidades poderá levar os democratas portugueses anti-colonialistas, quaisquer que eles sejam, a deixarem de afirmar o seu pesar por todos os litígios que enfraqueçam politicamente as organizações nacionalistas dos povos submetidos ao colonialismo português. Isto por razão idêntica àquela porque deverão igualmente penalizar-se os nacionalistas das atuais colónias portuguesas quando postos em face de conflitos internos da nossa Oposição, que real ou potencialmente conduzam ao debilitamento dela. E que tudo o que diminua o poder ofensivo dos nacionalistas, como tudo o que enfraqueça o poder ofensivo dos democratas portugueses, só poderá levar — e na verdade leva — ao fortalecimento do inimigo comum, que é o governo fascista e colonialista de Salazar.

No que se refere aos últimos acontecimentos respeitantes às organizações nacionalistas de Angola, há apenas a acrescentar que os democratas portugueses, quaisquer que sejam as suas simpatias partidárias e pessoais para com este ou aquele movimento ou grupo, não podem colocar-se na posição de aderentes envergonhados de nenhum deles. Ao contrário, aos democratas portugueses só cabe preservar a sua absoluta independência perante as diversas organizações nacionalistas — neste caso angolanas — continuando a defender a linha política de abertura imediata de negociações (com um governo democrático português logicamente que ele possa constituir-se e, no presente, com o próprio governo fascista de Salazar) para a independência incondicional de Angola e das outras colónias.

Negociações com quem? Com os dirigentes e as organizações nacionalistas que se encontrem na posição real de as levarem a efeito, pelo lado angolano, com a necessária representatividade e responsabilidade. E essa representatividade e responsabilidade não podem resultar das nossas simpatias mas unicamente numa visão realista, do fortalecimento interno e internacional, mas especialmente do primeiro, das organizações nacionalistas.

M. S.

Insurreição ou golpe?

É ainda, para muitos, duvidosa a forma de conseguir o derrubamento da ditadura fascista de Salazar. Há dificuldades em compreender como o povo "desarmado" poderá impôr-se às forças repressivas, dominá-las ou neutralizá-las e conquistar a liberdade. Há democratas, do interior e do exterior, que afirmam: "a ditadura só cairá com um golpe militar; é preciso passar à luta armada; essa coisa de lutas não dá nada, só dá prisões".

Esses democratas defendem a criação de grupos armados, de centros de treinamento (no interior e no exterior) para se passar ao que eles chamam de ação direta, pois as massas seguiriam esses grupos e assim se criariam condições para derrubar Salazar. Essas pessoas estão convencidas

que a queda do fascismo é obra de uns tantos militares ou doutores que, em seus gabinetes, planifiquem a revolução libertadora.

A concepção golpista e de grupos armados, isolados das massas, é uma concepção oportunista que tem prejudicado e continua a prejudicar gravemente o desenvolvimento da luta do nosso povo, uma vez que conduz as massas populares a esperarem a sua libertação, quebra a sua combatividade e destrói a sua organização.

A queda do fascismo não pode ser decretada pela vontade de umas tantas pessoas ou simplesmente basear-se no descontentamento popular. O descontentamento não basta. Para derrubar o fascismo é necessário unir, organizar e mobilizar todas as forças revolucionárias do povo português. Para tomar o poder político ao fascismo é necessário que as massas trabalhadoras e as forças democráticas disponham duma forte organização; é necessário que o povo não queira ser mais governado pelo salazarismo e se disponha a libertar-se da tirania fascista; é preciso que o salazarismo não possa governar mais e o seu regime seja paralisado por uma crise nacional.

O povo português vive descontente e tem lutado heróicamente pela liberdade. Contudo, o nível de descontentamento, de luta, de organização ainda não atingiram o nível necessário para destruir o Estado fascista.

Muita gente fala em armas e espera por elas. Mas enquanto esses democratas e o povo esperarem que alguém lhes vá distribuir armas é porque não há ainda condições para uma ação armada das massas. Os trabalhadores e o povo não podem esperar que alguém lhes entregue as armas. Há que ir buscá-las onde elas estão, há que as conquistar. Para isso é necessário criar condições de organização e mobilização de massas que ainda não existem.

Só na medida em que as lutas por melhores condições de vida, as manifestações, os comícios, as greves, as ações de resistência e utópicas e as forças repressivas se alargarem e intensificarem, estaremos caminhando para a insurreição nacional.

Só na medida em que as massas trabalhadoras e as forças democráticas criarem uma larga unidade e uma forte organização, concretizada em milhares de comissões reivindicatórias, de Juntas Patrióticas de civis e militares por todo o país, estaremos caminhando rapidamente para a libertação do nosso povo.

Derrubar o poder terrorista do grande capital e instaurar um governo democrático que conduza o nosso país para o progresso, não é tarefa para grupos isolados. É uma tarefa da união das forças democráticas, que se disponham a organizar e lutar, lutar e organizar. É por este caminho que derrubaremos o fascismo e conquistaremos a liberdade.

A. A.

O Senegal contra Salazar

Quando em Maio passado o general Humberto Delgado se deslocou à Europa, foi vítima, ao passar em Dakar, de uma certa incompreensão das autoridades policiais senegalesas. Tendo protestado junto do presidente Léopold Sédar Senghor, o general Humberto Delgado recebeu recentemente uma carta do presidente desta República africana, da qual extratamos, devidamente autorizados, os seguintes passos: "(...) Segui, com o maior interesse, a acção heróica de V. Exa. contra o regime do ditador Salazar. Dentro das minhas possibilidades quero apoiar a vossa acção.

Com efeito, a acção que nós conduzimos atualmente contra Portugal não é dirigida contra o povo português, mas sim contra o governo de Salazar. A propósito, o meu nome é de origem portuguesa — a deformação de "Senhor".

No que respeita às complicações que V. Exa. teve com a polícia de Dakar, tratou-se de um mal entendido. Dei já as instruções mais firmes no sentido de que, de ora em diante, vos tratem como a um amigo e aliado. Por consequência, sempre que V. Exa. passar no Senegal, terei o maior prazer em que me visite..."

Pronunciamento político da Junta Patriótica do Porto

Assinado pela Junta de Ação Patriótica do Porto, o documento que publicamos abaixo foi editado e distribuído clandestinamente em Portugal pelas Juntas Patrióticas do Norte Chamamos a atenção dos nossos leitores para a importância do documento, que contém uma análise objetiva da situação nacional e afirma claramente a posição anti-colonialista do povo português.

É vulgar ouvir dizer-se: — Se Salazar desaparecesse da cena política, tudo se modificaria entre nós. Acabaria o fascismo e passaria a respirar um clima de liberdade. Esta afirmação corresponde, sem dúvida, a um pensamento político defeituoso, fruto de uma análise falsa ou superficial daquilo que são as instituições fascistas.

Na realidade, a essência do fascismo é a destruição das idéias e das instituições liberais em exclusivo benefício daqueles que possuem em suas próprias mãos os instrumentos do poder económico.

Sendo assim, em regime fascista, são os detentores das grandes riquezas — os monopolistas nacionais e estrangeiros e os grandes proprietários rurais — quem origina e depois ajuda a manter, até certa altura, um regime de opressão — com política política para perseguir e prender os que lutam — VERDADEIRA "CORPORAÇÃO DO TERROR" — censura à imprensa para impedir a livre crítica e evitar a divulgação de roubalheiras, negociações e escândalos; forças repressivas para abafarem pela violência as manifestações coletivas de desagrado, as pequenas e as grandes lutas dos humildes, dos explorados e dos democratas. E aqueles "que possuem em suas próprias mãos os instrumentos do poder económico" arranjam um "chefe" — o ditador — que, a coberto de toda a impunidade que lhe advém da máquina fascista assim montada, governa no sentido de ir reduzindo o Povo à miséria cada vez maior, na medida em que canaliza para os cofres dos "Possuidores do Poder Económico" — tanto nacionais como estrangeiros — toda a soma de lucros que os torna cada vez mais poderosos.

O "chefe", quando na realidade segue fielmente essa orientação, é por eles eneusado. Permite o concentrado do poder político em suas mãos, cria uma mística à sua volta. Mas, se na aparência o "chefe" personifica o fascismo, a realidade é bem diferente, porquanto o fenómeno político tem origens e razões de manutenção mais complexas e profundas.

Com máquinas de governo assim montadas, quase tudo corre mais ou menos bem para os fascistas, o que apenas acontece até certo momento da evolução histórica das instituições políticas que criaram. A prepotência do "chefe", os seus poderes totalitários, a constante baibulação daqueles que por ele são servidos e para quem ele governa, a obediência cega dos laços, viciados e medíocres, criam no próprio ditador um sentimento de infalibilidade e de exagero de atributos pessoais, que faz com que não aceite a crítica mais benévola ou a sugestão mais acertada. Os fascistas, quando a coisa lhes convém, adóram e difundem o "slogan" de que "quem manda... sabe o que faz" e o "chefe" acaba por convencer-se que em todas e quaisquer circunstâncias, quando isto a ele se refere, é uma verdade que não admite discussão.

Surgem as crises fatais em regime desta natureza. O tal "chefe" infalível falhou numa aventura política que ele próprio delineou ou então, ele que aceitou representar as instituições fascistas, é o "bode espiatório" daqueles tais "Possuidores do Poder Económico" que o atiraram para a frente aproveitando os seus defeitos e as suas incapacidades e que lhe impuseram ou que o empurraram para posições que a certa altura se verificaram estarem votadas a um profundo fracasso. Nesse tal momento histórico, os "Possuidores do Poder Económico", para não perderem tudo e também porque o descontentamento popular sobe em ritmo sempre crescente, exteriorizado em lutas de feição mais e mais elevada, a partir desse momento, começam a pensar e atuam mesmo no sentido de apearem o ditador das alturas a que o guindaram.

É da história recente e é de tudo isto um exemplo edificante a explosão da bomba que o coronel Von Stauffenberg colocou junto da

mesa à volta da qual estavam reunidos Hitler e o seu Estado Maior, isto quando já tudo indicava que a guerra estava perdida para os exércitos nazis. É comprovativa desta afirmação a revolta do Marechal Badoglio e a depuração que já antes disso tinha havido em Itália, o que levou ao fuzilamento do próprio genro de Mussolini — o conde Ciano — então Ministro dos Negócios Estrangeiros, apanhado na rede duma conspiração que tinha por fim liquidar o ditador fascista. É exemplo disso, entre nós, o tímido e falhado "Golpe de Estado" que sob a chefia do então Ministro da Defesa — General Botelho Moniz — visava afastar Salazar do poder.

Mas haverá alguém que, de boa fé, possa acreditar que, em qualquer parte, qualquer conspiração deste tipo tente eliminar ou afastar um ditador para instaurar uma Democracia? Evidentemente que não!

UNIDADE! VIGILANCIA

Em face de situações que se apresentam insólitas, os "Possuidores do Poder Económico" acabam por verificar que o ditador possui a euforia do mando, crendo na sua superioridade como governante, acumula gravíssimos erros sucessivos, já não ouve aqueles que o guindaram e acaba também por lhes criar situações que estão em contradição com os seus interesses de sobrevivência como classe possuidora dos instrumentos do poder económico e, por isso, tentam afastar o "chefe", se, como pensam, ele é o único ou o principal obstáculo a que continuam a deter esse poder, se lhes cria problemas para hoje e se lhes criará maiores ainda no futuro. Tentam afastá-lo, como única forma de ficarem com o caminho livre. E se este não vai a bem... vai a mal. Outra coisa não foi o golpe de Estado do General Botelho Moniz. A virar qualquer solução deste tipo, virá — para uso externo e interno — uma desenfreada demagogia. Poderão mesmo fazer um simulacro de instituições democráticas, mas no fundo, no essencial, preparam-se para manter o País na mesma miséria, no mesmo obscurantismo e debaixo duma repressão que, substancialmente, não será muito diferente daquela que, por culpa deles, pesa sobre nós há longos 37 anos. Poderão mesmo tomar posições espetaculares como a extinção da Legião e da Mocidade Portuguesa. Poderão abolir a censura à imprensa, mas terão o cuidado de pôr numa lei de imprensa tudo quanto evite a liberdade de expressão do pensamento. Continuarão os Sindicatos a não servir os interesses da classe trabalhadora. Continuará a polícia política, que poderá até deixar de se chamar Polícia Internacional e de Defesa do Estado, mas que não deixará de ser o bando de assassinos e de torturadores que sempre têm sido.

Quem poderá admitir que um Craveiro Lopes, um Botelho Moniz um Albino dos Reis, um Trigo de Negreiros, um Caneira de Abreu e tantos outros fascistas de sempre, ao serviço dos "Possuidores do Poder Económico", tenham abdicado da sua posição reacionária para se virarem para uma Democracia? Apenas estão, tal como os patrões, contra o "chefe", a fim de que para eles se não perca tudo duma assentada.

Perante isto, qual deverá ser a atitude dos democratas? Qual deverá ser a atitude do Povo Português? UNIDADE! VIGILANCIA! Não se deixem ninguém arrastar pelas soluções aparentemente fáceis, pois estas arrastam, inevitavelmente, a posições difíceis. Ter sempre presente que até agora — é um fato histórico — nenhum regime consentiu na sua própria destruição.

Pequenas e grandes lutas com vista à sublevação nacional. Trabalho de organização de Juntas de Ação Patriótica, que não sejam organizações estáticas, paradas, "à espera do dia da revolução", mas que sejam, essas Juntas, pelo seu trabalho político, os organismos de unidade e de luta que conduzam

ao LEVANTAMENTO NACIONAL.

É este o único caminho para arrancar o fascismo até às suas raízes mais profundas.

Nunca esquecer que a essência do fascismo é a destruição das idéias e das instituições liberais, em exclusivo benefício daqueles que possuem em suas próprias mãos os instrumentos do "Poder Económico". Se correremos com estes, com eles irá Salazar também.

O POVO PORTUGUÊS FRENTE AO FASCISMO

Nunca o Povo Português aceitou, de forma passiva, a existência do fascismo no nosso País.

Desde sempre, da parte do Povo e dos democratas, pequenas e grandes lutas se desencadearam, as quais passaram a ter afirmação de maior exuberância com o advento do M.U.D., nas várias candidaturas para Deputados à Assembleia Nacional, na luta pela Paz e pela Anistia, nas candidaturas para a Presidência da República; do General Norton de Matos, do Almirante Quintão Meireles, do Professor Rui Luis Gomes, do Dr. Arlindo Vicente e do General Humberto Delgado.

A grande agitação que, à escala nacional, suscitou a última candidatura para a Presidência da República — manifestações de rua, comícios, reuniões, protestos, greves — evidenciaram uma apreciável grau de consciência política do Povo Português que, por múltiplas e variadas formas, exteriorizou o seu ódio ao fascismo, a despeito da feroz repressão.

Entretanto, aumenta sempre a miséria, na medida em que os salários não acompanham a ascensão do custo de vida, mas aumentam também a soma fabulosa dos lucros dos "Possuidores do Poder Económico", para quem Salazar governa em exclusivo... Esta situação económica arrasta os camponeses do sul, os operários de quase todo o país e grande maioria da classe piscatória portuguesa para lutas de vários tipos por aumento de salários, culminando nas greves vitoriosas dos pescadores.

Cresce a maré alta do descontentamento, agudiza-se o espírito de revolta e mantém-se em alto grau a consciência política do Povo e das classes médias, que têm lutado por várias formas para o derrubamento do fascismo. Surge o assalto ao quartel de Beja, estando presente o General Humberto Delgado que clandestinamente se deslocou a Portugal. Embora tivesse fracassado, esse assalto marca uma viragem nas formas de luta, pois pela primeira vez grupos de revolucionários civis, de parceria com militares honrados, colaboram numa forma de luta superior. Poucos dias depois da revolta de Beja, o Povo do Porto enche as ruas do centro, onde muitos milhares de manifestantes celebraram com vibrante entusiasmo a data histórica do 31 de janeiro.

O dia 8 de Março — Dia Internacional da Mulher — é comemorado na mesma cidade com aguerri-da manifestação, onde os cartazes com "slogans" de "ANISTIA" se misturavam com os gritos de "FORA COM A PIDE", "REGRESSO DOS SOLDADOS", "VIVA A LIBERDADE", "VIVA A DEMOCRACIA", "ABAIXO O FASCISMO". Nos dias 1.º e 8 de Maio — Dia do Trabalhador e Dia do Armistício — verificaram-se grandes jornadas de luta nas ruas de Lisboa, onde o Povo demonstrou o seu destemor perante o ataque brutal das forças da repressão, que em muitas zonas foram corridas à pedrada, com pedaços de vidro de montras, com os ferros das placas de sinalização, num verdadeiro im-proviso de processos de defesa e de ataque que puseram à evidência o espírito de luta que hoje possuem todos aqueles que, de qualquer forma, têm sido vítimas dos tais "Possuidores do Poder Económico" e do seu fantoche — Salazar.

Já na última campanha eleitoral para Deputados à Assembleia Nacional, o Povo de Cova da Piedade e de Almada saiu para a rua, numa demonstração viril de que está pronto a todos os sacrifícios para acabar com este estado de coisas. E o Povo, que sofre na sua miséria os 37 anos de fascismo, está sempre presente em tudo

(Continua na pág. 7)

AUXILIO DO EXTERIOR ABAIXO SALAZAR!

ANTONIO BROTAS

— CLAMA A JUVENTUDE ESTUDANTIL

No decorrer dos últimos anos, varias vezes se desenrolaram em Portugal acontecimentos em que o povo português evidenciou a sua vontade e capacidade de luta contra o salazarismo. Sublinho entre eles as grandes concentrações e atos eleitorais, os movimentos de massas e de protesto em datas nacionais, a luta dos estudantes e o assalto ao quartel de Beja.

Todos estes tipos de ação contribuíram para valorizar a luta dos democratas portugueses, e sem eles poderíamos dizer que em muito pouco ou nada teríamos retido a atenção, e consequentemente o auxílio e apoio dos democratas dos outros países.

Sem dúvida que para este efeito muito contribuiu também o trabalho de propaganda que os democratas portugueses desenvolvem no exterior, mas devemos estar bem cientes de que são as ações reais levadas a cabo contra a Ditadura que fundamentalmente interessam e levam entidades estrangeiras a ter em consideração a luta anti-salazarista.

Entre muitos outros exemplos, cito só aqui, por o poder fazer por testemunho pessoal, o que me foi dito por um representante do Partido Democrata-Cristão Italiano: "Nós — disse-me ele — já tínhamos ouvido muita coisa, mas aquilo que de fato nos mostrou que era preciso dar auxílio aos democratas portugueses foi o assalto a Beja, em que vimos católicos pegar em armas contra a Ditadura. E desde então que temos podido desenvolver em Itália a campanha em favor de Portugal".

As notícias que vêm de nosso país, o anacronismo que apresenta o governo de Salazar, a imensa importância do problema colonial, reflexos ainda da espetacular ação do Santa Maria, criaram circunstâncias particularmente favoráveis para que as atenções do mundo incidam sobre o que se passa em Portugal.

É neste contexto que no momento atual se desenrola a luta do povo português contra Salazar. Estou bem ciente que o centro e o motor dessa luta se encontram no interior, estou bem convencido que os democratas que estão no exterior por si só pouco ou nada podem fazer, mas daqui não, depreendo que nos compete, ficar à espera. Pelo contrário, há muito que é a frente interna que espera por nós e somos nós que temos correspondido insuficientemente. Sistema tático recente, nas datas mundiais e nacionais, o povo de Lisboa e do Porto sai à rua para, nas condições mais desfavoráveis e com as mãos nuas, se manifestar e lutar contra a polícia.

Não nos compete ficar simplesmente a aplaudir, a divulgar a notícia e à espera de um dia em que essas manifestações, numa onda imensa, derrubem o salazarismo. Há que compreender que isso não se pode verificar. Há que compreender que todos os processos de luta têm as suas limitações e que uma multidão desarmada não pode vencer uma polícia bem armada e disposta a matar. Em contrapartida, há que aproveitar e não deixar perder o capital de simpatia que os sacrifícios consentidos pelo povo português acumularam e leva muitas organizações e mesmo países a querer auxiliar-nos.

Urge que os democratas portugueses no exterior, criem os organismos capazes de recolher e transmitir para Portugal o auxílio real que hoje pode ser encontrado no exterior.

Então, auxiliados de fora, os democratas do interior poderão desenvolver e diversificar as suas ações e assim, num crescendo, poderemos chegar a uma insurreição nacional capaz de vencer Salazar e o salazarismo.

A tarefa não é fácil, mas é possível. Não devemos alimentar no interior falsas esperanças, porque isso poderia criar uma expectativa negativa, mas não devemos desistir de auxiliar uma luta que eventualmente poderá vir a passar sem o nosso apoio, mas que certamente será mais vitoriosa e rápida se for apoiada.

Quando digo que hoje pode ser encontrado auxílio no exterior não pretendo afirmar que seja imediato e simples encontrá-lo e obtê-lo,

mas quero dizer que com uma organização conveniente, e desde que a Oposição Portuguesa verdadeiramente o deseje, um auxílio importante pode ser conseguido. Nesta tarefa de transmissão do exterior para o interior, embora já algo tenha sido feito, a Oposição emigrada tem tido um papel insuficiente. Devemos fazer um estudo crítico para saber porque assim tem sido.

Na verdade temos andado a pedir auxílio e em grande parte não o temos recebido porque as organizações que gostaríamos de nos auxiliar não encontram quem auxiliar nem sobretudo como auxiliar.

No mundo moderno em que vivemos, não podemos andar só com idéias vagas e sentimentais. Para além dos nossos sentimentos e desejos temos de ter planos precisos e dispor de órgãos para os executar. Quando os democratas portugueses exilados se dirigem a organizações estrangeiras para pedir auxílio (sobretudo do outro lado do Atlântico), têm de ir perfeitamente preparados para responder à pergunta inevitável: — "Que espécie de auxílio?"

Se não soubermos responder dum modo preciso, podemos ter por certo que nada de concreto obtemos.

Sendo assim, é no sentido de estar apta a responder a situações concretas e a recolher, transmitir e utilizar os meios que lhe forem oferecidos, que a Oposição Portuguesa deve no exterior criar órgãos executivos. Enquanto o não fizermos, estaremos terrivelmente atrasados na luta do nosso povo.

Convém concretizar e na medida do possível dizer algo mais sobre o que pode ser feito e como pode ser feito. A Oposição Portuguesa tem-se alimentado de idéias vagas e nebulosas sobre como derubar o salazarismo e esta tem sido uma das causas da nossa fraqueza e pouca influência sobre os acontecimentos.

Do exterior podem ser levados para o interior armas, materiais e meios de luta. Já em pequena escala isso foi feito, e está provado que pode ser feito, mas talvez nem seja isto o mais necessário.

A oposição tem uma imensa in experiência de lutas revolucionárias e necessita de ensinamentos e orientação tática e técnica. Não se encontram em Lisboa elementos experimentados em fazer, por exemplo, "rádios piratas", isto é, emissões em que é anulado o programa de uma emissora oficial e feito passar um programa da Oposição. Os democratas portugueses não estão treinados a interromper sistemas de transportes, sistemas de transmissão de energia e de comunicações, etc. Não dispomos em Portugal de pessoas treinadas em atacar e neutralizar pontos estratégicos e a saber desorientar as forças repressivas em vastas regiões. Em vista destas deficiências, nos momentos de dificuldade, o salazarismo tem podido sempre concentrar as suas forças nos locais convenientes, deixando o resto do país desguarnecido, seguro como se encontra de que a Oposição não tomará iniciativa e nada fará.

Não estamos na Idade Média, em que os camponeses combatiam com chuchos os seus senhores. Estamos num século altamente especializado e não podemos cometer o erro de deixar as vantagens da especialização e da planificação do lado dos nossos adversários. Os ensinamentos que nos faltam podem em grande parte vir do exterior, por via de elementos que hajam estudado a experiência de outros povos e por via de uma emissora de rádio que do exterior ensine a oriente.

Auxílio financeiro também poderá com boas probabilidades ser obtido se a Oposição souber conduzir uma boa diplomacia e se apresentar unida e com um plano de ação.

No que diz respeito à coordenação geral da luta, encontram-se hoje no exterior dirigentes dos mais categorizados das principais correntes da Oposição. É, portanto, em grande parte à espera de uma orientação concreta vinda do exterior que actualmente se encontra a Oposição Portuguesa. É pela sua capacidade de dar resposta a todos estes problemas que a Oposição do exterior pode ser útil ao país.

Organizado pela União Nacional dos Estudantes do Brasil, realizou-se em Salvador da Bahia, de 7 a 14 de julho p.p., o I Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido, cujos trabalhos foram divididos pelos seguintes temas:

- 1 — Os estudantes e a luta de libertação nacional.
- 2 — Universidade e desenvolvimento: Reforma universitária como fator de desenvolvimento.
- 3 — O mundo subdesenvolvido e a paz.

Representantes estudantes da América Latina (Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guiana Francesa, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Perú, Panamá, Rep. Dominicana, Venezuela e Uruguai); da África (Camerun, Congo, Gâmbia, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, UGEO e UGEAN); da Ásia (China Popular, Índia e Iraque); da Europa (Alemanha Democrática, França, PORTUGAL, Tchecoslováquia, União Soviética e Iugoslávia) e das organizações internacionais de estudantes (COSEC e UIE), reuniram-se pela primeira vez no Brasil para estudarem os fatores mais importantes que caracterizam os seus países de subdesenvolvidos e, ao mesmo tempo, encontrarem, dentro da unidade do movimento estudantil mundial, as formas mais adequadas e urgentes para o combate ao subdesenvolvimento.

A delegação portuguesa, representando a juventude estudantil da Frente Patriótica de Libertação Nacional, constituída por João Tito de Moraes e Raul Mendes Silva, ex-dirigentes estudantis das Academias de Lisboa e Coimbra, participou ativamente em todos os trabalhos do Seminário. Presidiu à última sessão plenária destinada às intervenções gerais dos participantes e foi estrondosamente aplaudida na sessão solene de encerramento, com cerca de duas mil pessoas gritando, durante largos minutos, "abaixo Salazar", "abaixo Salazar".

Nas primeiras sessões plenárias dedicadas a intervenções de caráter geral, os representantes dos estudantes revolucionários de Portugal saudaram fraternalmente todos os participantes e, em particular os estudantes brasileiros, que tão bem os receberam e cujo exemplo de luta e de abnegada dedicação à causa popular é um incentivo a todos os estudantes que lutam pela libertação total de seus países. Declararam ainda que a luta do povo português e dos estudantes contra a violência da opressão do fascismo salazarista é irreversível e é inteiramente solidária da luta dos povos dominados pelo colonialismo português pela sua emancipação e independência nacional.

APOIO AOS ESTUDANTES PORTUGUESES

Das várias resoluções e recomendações saídas do Seminário, destacamos duas resoluções sobre PORTUGAL. A primeira aprovada por unanimidade na 1.ª Comissão de trabalhos é do seguinte teor:

O Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido CONSIDERANDO a interferência dos órgãos de repressão policial do governo fascista em Portugal sobre os direitos de associação, tanto à escala regional como nacional dos estudantes portugueses.

CONSIDERANDO a reação mágica da classe estudantil portuguesa substanciada na greve nacional de abril a junho de 1962, na resistência e na condenação pública da política colonialista e fascista do regime.

CONSIDERANDO as consequências da repressão fascista sobre o movimento estudantil definidas no encarceramento por longos anos e nas torturas e arbitrariedades a que estão sujeitos os estudantes.

CONSIDERANDO a participação ativa e consequente das massas estudantis portuguesas contra a opressão e a mentira e a sua luta pela independência total como única forma de regularização da vida estudantil, da reforma e da democratização do ensino, do acesso livre à universidade por parte de todas as camadas da população e do estabelecimento de relações de amizade e cooperação com todos os estudantes do mundo.

O Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido CONDENA a ditadura fascista e colonialista que se processa há mais de 37 anos em Portugal;

CONDENA as perseguições e atentados à autonomia e aos direitos de associação da classe estudantil e protesta veementemente contra as prisões e torturas a que estão submetidos os mais destacados dirigentes estudantis portugueses;

PROTESTA contra a condenação arbitrária, que praticamente equivale a prisão perpétua, do líder estudantil português José Bernardino;

SAUDAÇÃO AO SEMINÁRIO

Um grupo de democratas portugueses, encabeçado pelo professor Ruy Luís Gomes enviou à comissão organizadora do Seminário Estudantil o seguinte telegrama:

"Democratas portugueses residentes Recife saudam Seminário estudantes mundo subdesenvolvido, na certeza essa assembléia se pronunciará pela independência povos africanos e afirmará sua solidariedade Juventude portuguesa em luta contra fascismo Salazarista.
RUY GOMES — José Morgado — Manoel Luís Fernandes — Angelo Ferreira da Silva — Irene Fernandes.

EXIGE a libertação imediata de todos os estudantes portugueses encarcerados pelo amor ao seu povo e à liberdade;

RECOMENDA a todas as Uniãos Nacionais de Estudantes participantes que apoiem a luta de libertação dos estudantes portugueses e denunciem o regime fascista de Portugal como um regime anti-popular, anti-democrático e inimigo da Juventude;

RECOMENDA aos Secretarias dos internacionais de estudantes (COSEC e UIE) que apoiem moral e materialmente as ações levadas a cabo pelos estudantes portugue-

ses tanto no seu próprio país como no estrangeiro.

CONDENAÇÃO DO FASCISMO E COLONIALISMO

A segunda resolução aprovada também por unanimidade durante os trabalhos da 3.ª Comissão, resultou de um informe apresentado pela delegação portuguesa e intitulado, "O Fascismo Português ameaça a Paz Mundial". O texto da resolução é o seguinte:

O Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido CONSIDERANDO a estreita ligação entre os monopólios belicistas europeus consubstanciada na formação de uma internacional nazi-fascista com um novo Eixo económico-militar: Berlim, Paris, Madrid, Lisboa;

CONSIDERANDO que além daqueles países do novo Eixo, o governo fascista de Portugal recebe cobertura internacional e apoio económico e militar dos imperialistas norte-americanos e ingleses;

CONSIDERANDO o perigo para a Paz Mundial que representam os focos de guerra atualmente em curso nas colónias portuguesas;

CONSIDERANDO o perigo para a Paz e a Segurança dos Povos que representa a existência, na Península Ibérica, de bases militares e rampas de lançamento de projéteis balísticos dos EUA e da Alemanha Federal; e a existência de um pacto político-militar entre os governos português e espanhol;

O Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido resolve:

CONDENAR e denunciar perante a opinião pública internacional os propósitos agressivos dos governos do novo Eixo europeu económico-militar; a ação política e a cobertura militar do imperialismo ao colonialismo belicista do governo português;

CONCLAMAR todos os estudantes do Mundo a unirem seus esforços numa ampla frente anti-colonialista, anti-imperialista e anti-fascista, como fator decisivo da libertação e independência nacional e da manutenção da Paz e Segurança dos Povos.

Almirante Tito de Moraes



Em Lisboa, faleceu no passado dia 13 de julho, o Almirante Tito de Moraes, que foi um dos fundadores da República.

Com efeito, tendo sido um dos oficiais da marinha de guerra que participaram do movimento revolucionário do Cinco de Outubro, o extinto fazia parte daquele número de patriotas portugueses, civis e militares, a quem a Pátria ficou devendo a fundação do novo regime.

Perseguido, por isso mesmo, pela ditadura saída do 28 de Maio, o Almirante Tito de Moraes jamais pactuou ou transigiu com o regime fascista de Salazar. Ao contrário,

sempre se solidarizou, na primeira linha, com os melhores representantes do povo português, entre os quais se encontrava, em muitas lutas democráticas pelo restabelecimento das liberdades públicas em Portugal.

Ainda no acto comemorativo do Cinco de Outubro realizado em São Paulo em 1961, foi lida uma mensagem sua de incentivo e aplausos aos democratas aqui exilados, a qual foi longamente aplaudida.

A família enlutada e em especial a seu filho e neto eng. Manuel Tito de Moraes e João Manuel Tito de Moraes, PORTUGAL DEMOCRATICO apresenta a sentida expressão do seu pesar.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

! Depõe um desertor do Exército Colonial

Chamamos de modo especial a atenção dos nossos leitores para a importância dos documentos que abaixo publicamos. O seu autor, o alferes José Moura Pimenta, pertenceu ao Exército Colonial Português. Hoje é mais um patriota integrado no movimento unitário anti-fascista e anti-colonialista português. Enviado para a Guiné, apercebeu-se imediatamente do carácter monstruoso da campanha de genocídio movida ao povo daquela colónia e compreendeu que não podia, sem perder a sua dignidade de homem e de soldado, participar dessa guerra de extermínio que serve unicamente os interesses do fascismo português e dos monopólios que o sustentam. E quebrou as malhas da engrenagem evadindo-se da sua unidade num caminho civil com o qual atravessou a fronteira da República da Guiné. A carta aberta que dirige aos seus companheiros de uniforme é um documento de grande lucidez em que mostra saber distinguir entre o carácter negativo das opções individuais e o tipo de deserção organizada em que as tropas devem levantar-se contra o alto comando fascista, passando a fronteira com armas, equipamentos e viaturas. É esse de facto o caminho que nas colónias desorganizará e liquidará o aparelho militar do salazarismo. Não menos importantes são as declarações que o jovem oficial fez em Conakry, numa conferência de imprensa em que solicitou a certos governos que vêm apoiando o colonialismo fascista português o fim dessa política criminosa.

CARTA ABERTA

É do seguinte teor a carta aberta dirigida pelo alferes Moura Pimenta aos soldados, sargentos e oficiais do Exército Português:

Tendo sido mobilizado, como alferes, para a Guiné dita portuguesa, aceitei, sem reacção, a minha ida. Sabia, pela imprensa clandestina, que as condições coloniais eram miseráveis, mas pensava que havia algum excesso de demagogia propagandística. Aceitei, portanto, partir. Porém, logo que entrei em contacto com a colónia, não só verifiquei que tudo quanto essa imprensa dizia correspondia à verdade, mas que até muitas vezes ficava ainda à quem da realidade.

Fui encontrar uma sub-humanidade, constituída por muitos militares (oficiais e soldados), sem carácter nem vontade, dominados pelo medo e envergonhados da sua própria cobardia e da sua indignidade. Não eram homens que eu encontrava, mas indivíduos que se tinham vendido, que, pela sua passividade ante as ordens dos comandos fascistas, se tinham tornado cúmplices dos colonialistas e criminosos na sua acção odiosa contra o povo africano da Guiné.

Porque desertei? Desertei porque não estava disposto a ser um laiaço de Salazar, cumprindo a sua política, irremediavelmente votada ao fracasso, de genocídio dos povos sob o jugo colonial português. Desertei para preservar a minha honestidade e a minha dignidade de jovem, de patriota e de democrata, não achando sujar ou aviltar, manchando-as com o sangue do corajoso povo da Guiné. Desertei porque tinha a convicção lúcida de que nas colónias não estava a defender os interesses do povo português, que apenas tem sido sobrecarregado de impostos e tem sentido penosamente o aumento do custo de vida por causa da guerra colonial, mas única e simplesmente os interesses dos monopólios portugueses e estrangeiros (Gouveia-ligado à CUF-ULTRAMARINA, UNILEVER, etc.). Desertei para me integrar nas adequadas organizações anti-fascistas portuguesas, a fim de prosseguir a luta para o derrubamento rápido e urgente de Salazar e das oligarquias que o apoiam.

Na República da Guiné, fui hospitalmente recebido pelas autoridades e fraternalmente acolhido pelo P.A.I.G.C. (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). Tive a oportunidade de notar o flagrante contraste entre um país colonial, onde quase não há escolas, em que o povo africano vive na ignorância e na miséria, como é a Guiné dita portuguesa, e um país dinâmico e democrático que num ritmo rápido desenvolve a sua economia e a sua cultura, liberto da acção asfixiante dos colonialistas, como é a Guiné de Sekou Touré. Tive, também, o feliz ensejo de ver que todos os elementos do P.A.I.G.C. têm uma disciplina partidária e um nível político e militar excelentes. Eles procuram o diálogo fraternal e em plano de igualdade com os portugueses. Como o eng. Amílcar Cabral, dirigente do Partido, me disse, exprimindo a maneira de pensar de todos os militantes "o fascismo de Salazar jamais nos fará confundir Povo Português e governo português".

Camaradas! Chegou a altura em que se nos oferece a escolha: ou continuar a defender Salazar, ou reagindo perante a sua política anti-nacional, ajudando a manter assim a ditadura fascista, com este ou com outro Salazar, e nesse caso seremos cúmplices, pela nossa cobardia e passividade impróprias de Homens e de Patriotas; ou então, abre-se-nos a

única via possível, de acordo com a nossa dignidade e com o nosso amor ao Povo Português, que já há 37 anos sofre duramente sob este regime ilegal e criminoso, e que a recusarmos a participar nas tarefas impostas pelos fascistas.

Apelo para todos os militares que se encontram na metrópole para que ingressem nas organizações anti-fascistas de Unidade, preparando-se para o Levantamento Nacional Armado.

Apelo para todos os camaradas militares que se encontram nos seus estacionamentos, nas colónias, para que procedam à revolta armada, neutralizando os elementos fascistas, a fim de dominar militarmente a sua região e pondo-se em contacto com o partido nacionalista da respectiva colónia no caso de ser possível, ou tomarem medidas conducentes a uma deserção em massa, com os elementos africanos e europeus, passando a fronteira com todas as armas e viaturas.

Camaradas! Os nossos irmãos que lutam nos movimentos anti-colonialistas, que lutam pela justa independência do seu Povo e do seu País, não são inimigos. Eles constituem, pelo contrário, os aliados naturais do Povo Português para a libertação do fascismo.

Não se deixem enganar pelos mitos salazaristas da necessidade para o nosso país do viver das colónias. É falso! Portugal tem amplas condições para se bastar a si próprio, condições essas que são esconchidas pelo governo, para fazer acreditar os ingénuos nesse fatalismo colonial.



Alferes José Moura Pimenta

Camaradas! Não é com soluções de panos quentes, não é com indecisões, nem com cobardia que conseguiremos triunfar do fascismo. Impõe-se uma atuação urgente e em força de todos os patriotas. Portanto, para todos nós, militares conscientes da nossa missão de defender o Povo e de ajudar a libertá-lo da ditadura fascista-colonialista, este deve ser o ponto de honra. Chegou a altura, camaradas, em que o patriotismo se manifesta pelas ações, e não pelas palavras. Integral-vos nas organizações anti-fascistas! Auxiliai os nossos irmãos nacionalistas a libertarem-se do vergonhoso sistema colonial! Levantai-vos nos vossos estacionamentos em armas, contra o fascismo e o colonialismo! Desertai em massa, com armas, equipamentos e viaturas!

Só pela força, Salazar e as oligarquias que o amparam, sairão do poder.

Camaradas, a hora chegou!
Conakry, 25 de Junho de 1963.

a) Alferes José Moura Pimenta

Declaração à imprensa

Publicamos a seguir na íntegra as declarações do alferes Moura Pimenta à imprensa de Conakry.

Como português, como jovem, como patriota e democrata, julgo ter o direito de falar em nome do meu povo.

Em nome do povo português, apresento as melhores saudações e votos de sucesso ao povo da República da Guiné, ao seu Governo e ao seu Presidente Sekou Touré, líder da emancipação africana. Agradeço às autoridades guineenses em particular aos membros dos Serviços de Segurança com quem contactei, a gentileza e atenções que me dispensaram. Agradeço ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.) e aos seus responsáveis, o acolhimento fraternal de que fui objeto e que é um encorajamento para todos os que desejam ardentemente fazer o que fiz — desertar do exército colonial português — e ainda não puderam fazê-lo.

Estou convencido de que ninguém achará estranha a minha presença aqui, entre os nacionalistas da Guiné e Cabo Verde. Vivemos hoje uma etapa transcendente da história, em particular da história dos povos africanos, e o que a mim me parece estranho, direi absurdo, é o facto de haver ainda homens — digo bem homens — que se sujeitam a fazer a guerra colonial contra povos pacíficos que, secularmente sujeitos à exploração e dominação estrangeira, lutam

NOME: José Augusto Moura Pimenta
IDADE: 22 anos (nascido em 17-10-1941)
NATURAL: Lisboa (Portugal)
ESTADO: Solteiro
CURSO MILITAR: Tirado na Escola Prática de Infantaria, em Mafra, de agosto a dezembro de 1962.
PATENTE: Alferes
Uma recruta de instrução básica no Regimento de Infantaria n.º 3, de Beja, de janeiro a abril de 1963.
MOBILIZADO: em maio de 1963 para Guiné dita portuguesa
EMBARQUE: por via aérea, num avião de transporte militar, a 11-5-1963, diretamente para Bissau.
ESTADIA: 3 dias em Bissau. Segue para Bafatá, onde se situa o Comando do Batalhão de Caçadores, após o que se integrou na 3.ª Companhia deste Batalhão, situado em Nova Lamego (Gabu).
DESERÇÃO: 26-5-63. Fuga isolada em caminho civil até a fronteira da Rep. da Guiné.
CONFERÊNCIA DE IMPRENSA: 24-6-1963, em Conakry.
CARTA ABERTA AO EXERCITO: 25-6-1963, em Conakry.
INTEGRADO NO MOVIMENTO ANTI-FASCISTA E ANTI-COLONIALISTA PORTUGUÊS: 27-6-1963.

pela reconquista da sua liberdade e dignidade, por uma vida nacional livre e independente.

Sou dos jovens portugueses que, conscientes da realidade da vida do seu próprio povo, pensam que chegou a hora em que, para se ser contra o regime fascista de Salazar e contra o colonialismo não é necessário ser corajoso; basta ser consciente e honesto.

Assim, posso afirmar-vos que, apesar dos seus apoios estrangeiros, apesar do círculo de ferro em que vive o nosso povo atrás da muralha dos pactos políticos e militares das forças reacionárias da Península Ibérica, o regime fascista e colonial de Salazar está irremediavelmente condenado. Nós, os democratas portugueses, inteiramente identificados com o nosso povo, repudiamos simultaneamente o fascismo e o colonialismo, lutamos e estamos decididos a lutar pela liquidação urgente destes dois crimes contra a humanidade.

A minha deserção, como a de vários outros soldados e oficiais, tanto em Portugal, como em Angola e na Guiné, não é, portanto, obra do acaso, nem foi essencialmente determinada pelo choque que causou em mim a constatação, na Guiné, das mentiras da propaganda colonial, da opressão, da repressão e dos crimes a que está sujeito o corajoso povo desse país africano. Desertei em obediência, aos imperativos da luta do meu povo e em acordo com a minha consciência, para preservar a minha

honestidade e para continuar a lutar contra o fascismo e o colonialismo. Desertei para dar mais um exemplo àqueles soldados e oficiais portugueses que ainda duvidam da necessidade vital de repudiar a guerra colonial; para dar o mais desinteressado apoio político aos nacionalistas da Guiné e à sua luta armada, para dar mais uma prova de que os patriotas portugueses estão conscientes de que o regime de Salazar é anti-nacional e é contrário aos interesses e às aspirações do nosso povo, que ama a paz e a liberdade, e deseja a todos os povos, em particular aos povos das colónias portuguesas uma vida de paz, de liberdade e de progresso, na independência nacional.

Perante vós, representantes da opinião internacional, quero prestar um testemunho e lançar um apelo:

O testemunho é este: Como oficial, tive a ocasião de verificar que tanto nos meios políticos e militares de Portugal como nos meios administrativos e militares da Guiné, o caso desta colónia é considerado muito grave, mais grave que o de Angola. Os coloniais listas-fascistas do meu país e de todos os elementos do exército des-tacados para a guerra colonial da Guiné e transformados em profissionais do crime, sabem que enfrentam nesta colónia um povo organizado, consciente, unido e firmemente decidido a conquistar a sua liberdade. Sabem que enfrentam uma organização política e militar sólida, disciplinada, disposta de quadros e de meios secundários para progredir na luta, e que tem infligido derrotas às forças colonialistas cada dia mais desmoralizadas. Essa organização é o P.A.I.G.C., cujo secretário geral, eng. Amílcar Cabral — que encontrei pela primeira vez em Conakry — é conhecido, estimado e admirado por todos os democratas portugueses. Nem as prisões e os campos de concentração, nem a destruição de dezenas de aldeias e o massacre das populações, nem o aumento incessante do número de soldados e a superioridade de material de guerra, poderão parar a marcha vitoriosa da luta armada de libertação nacional dirigida pelo P.A.I.G.C. não poderão evitar a realização desta certeza: a Guiné está perdida para os colonialistas, e a independência do seu povo é apenas questão de tempo, mesmo de pouco tempo.

O meu apelo é o seguinte: — Considerando que o prolongamento da guerra colonial em Angola e na Guiné conduz o povo português ao caos económico e social, podendo pôr em perigo a própria soberania da nossa Pátria; considerando que, sem a ajuda do estrangeiro, Salazar não poderia manter essa guerra criminosa; considerando ainda que os portugueses patriotas devem consentir todos os sacrifícios para pôr fim à agressão aos povos coloniais e para reconhecer o seu direito à autodeterminação e à independência nacional;

— Apelo para todos os governos que têm dado ajuda e apoio ao regime colonial-fascista de Salazar, para que cessem essa ajuda imediatamente;

— Apelo para todas as mulheres e homens conscientes e honestos de Portugal, civis e militares, para que desenvolvam ao máximo a campanha contra a guerra colonial, para que se recusem a participar nessa guerra, para que, numa frente unida de todos os democratas portugueses, unidos na defesa dos interesses do nosso povo, combatam por todos os meios o regime colonial-fascista de Salazar até à sua liquidação urgente e total.

Ao fazer perante vós este testemunho e este apelo, sinto reforçada a minha esperança de jovem e de patriota. Mas uma certeza me anima: estou certo de que os povos africanos das colónias portuguesas, apoiados pela África inteira e exemplarmente representados pelo povo da Guiné, vão seguramente libertar-se do jugo colonial. Estou certo de que, sem a vergonhosa e criminosa exploração colonial, o fascismo salazarista não terá a menor possibilidade de sobreviver em Portugal; estou enfim certo de que brevemente, o nosso povo, livre do fascismo, saberá desenvolver as melhores relações de amizade e de colaboração fraternal com os povos das antigas colónias portuguesas, com todos os povos africanos.

Obrigado pela vossa atenção.
Conakry, 24 de Junho de 1963.
a) Alferes José Moura Pimenta



Homenagem ao Bispo do Porto

A Oposição Portuguesa levou a efeito, no p.p. dia 17, no Rio de Janeiro, uma homenagem pública ao bispo do Porto, Dom António Ferreira Gomes, está atualmente exilado em Espanha por não ter querido intervir contra o General Humberto Delgado quando este foi proposto candidato oposicionista à Presidência da República em 1958. Dom António escreveu então a Salazar uma célebre carta, de que passou agora o 5.º aniversário, datada como é de 13 de julho. Nela atacou a obra político-económica do ditador português.

A sessão efectuou-se na sede do A.B.R. na Rua do Acre, 47, sob a presidência do general Humberto Delgado. A Delegação do M.N.I. na Guanabara esteve representada pelo seu presidente, Coronel Oliveira Pio; e a Associação de Cultura Beneficência General Humberto Delgado, pelo senhor António Pinto Guedes. Aberta a sessão, foi lido pela sra. D. Arajary Campos, o texto do telegrama enviado pelo general Humberto Delgado, em nome da Oposição, ao cardeal Camerlingo do Vaticano, pela morte do papa João XXIII. Falou seguidamente o sr. Ciriaco Gualdes, adjunto do General para assuntos religiosos Prestou homenagem ao grande prelado e disse da sua satisfação por ver o Movimento Nacional Independente continuar, pela mão do general, a política de colaboração com grande parte das poderosas forças católicas, de conformidade com o que se passou na campanha de 1958, quando líderes católicos e sacerdotes nela tomaram parte activa pelo lado da Oposição.

O General encerrou a homenagem, defendendo em breves palavras a cooperação da Oposição com a Igreja. Apontou como exemplo da forte unificação com os católicos, o facto de estes terem sido elementos muito activos na preparação da revolta de Beja, ocorrida na última noite do ano de 1961, altura em que o General entrou clandestinamente em Portugal. Disse ainda combater firmemente a ideia, ridícula e obsoleta, de que liberalismo e ateísmo sejam sinónimos.

Entre as individualidades de destaque na política brasileira, estiveram presentes o embaixador Alvaro Lins, o sr. Luis Carlos Prestes e o General Costa Leite.

DERROTA SALAZARISTA

A Dra. Sacuntala de Miranda exilada em Londres há varios anos deparou há pouco com a formal recusa do consul português naquela capital de dar-lhe o passaporte por ela requerido. Mas Salazar não logrou, através do seu consul, apressar a combativa democrata, conforme pretendia, no país de exílio. De facto, comprovada perante o Home Office a recusa da concessão de passaporte português, imediatamente lhe entregaram o Travel Document com o qual a nossa correligionária se deslocou já aos países que desejava visitar. E de salientar a intervenção decisiva, na rápida solução do caso, por parte do deputado trabalhista pelo círculo de Braking, em que reside a Dra. Sacuntala de Miranda, como se esta fosse uma cidadã britânica.

Vão longe os tempos em que o regime salazarista podia manter a esperança de conservar aprisionados no local do exílio aqueles democratas que não conseguira encarcerar nas dependências da PIDE...

Pela amnistia e contra a repressão

Apelo à Opinião Mundial

Em face das proporções alarmantes assumidas nas últimas semanas pela campanha de repressão desencadeada pela PIDE, as comissões nacionais para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses, com sede em vários países da Europa Ocidental, intensificaram as suas atividades de denuncia dos crimes do fascismo salazarista chamando, por todas as maneiras ao seu alcance, a atenção da opinião publica das respectivas nações para a onda de terror policial que neste momento assola Portugal.

Em Paris, a Comissão da Anistia tomou a iniciativa de promover no dia 28 de junho passado uma conferência de imprensa durante a qual foi distribuído um apelo à opinião mundial assinado por democratas portugueses de varias correntes da Oposição, residentes na capital francesa. Publicado na integra no numero de julho do jornal "O Trabalhador", esse importante documento é do seguinte teor:

Vivendo há perto de 40 anos numa espécie de regime de ocupação, estranho ao país, Portugal está, neste momento, sob uma nova e tremenda vaga de repressão política.

A ação policial e o terror são a força a que o salazarismo se agarra para sobreviver, e o círculo em que o povo português se debate atormentadamente vai-se apertando dia a dia.

Chegam-nos de Portugal notícias verdadeiramente alarmantes: armada de metralhadoras e pistolas, a PIDE assalta domicílios, passa buscas, detem transeuntes nas ruas da cidade, faz identificação dos passageiros de transportes coletivos e particulares, e efetua rusgas nos cafés e nas casas de espetáculos.

Há a morte do tenente-coronel Lucio da Cunha Serras, cujo cadáver a policia entregou quatro dias após sua prisão.

O espancamento dos prisioneiros políticos durante o julgamento no tribunal plenário tornaram-se correntes. Exemplificando, citaremos o que se passou com o estudante do I.S.T. José Bernardino, ex-presidente da RIA (Reunião Inter Associações), que, no momento de justificar a sua atitude anti-fascista, foi desumanamente agredido, com o estímulo do juiz presidente, por oito agentes da PIDE e arrastado para fora do Tribunal.

Estão a ser torturados, física e psicologicamente, centenas de homens e mulheres; alguns contam já vinte anos de prisão, uma vida. Reabriu o campo de concentração do Terrafal.

Não é exagero afirmar-se que se vive em Portugal uma hora de indizível terror. Há uma angustia latente, uma constante sensação de asfixia: tudo quanto seja suspeito de oposição ao regime salazarista é punido com rigor autenticamente bárbaro.

Defender a democracia é um crime. Defender a Paz é um crime. Defender a livre análise dos problemas nacionais é um crime. São crimes o movimento estudantil, pelas liberdades académicas e autonomia da Universidade, a luta dos operários e camponeses pela liberdade sindical.

Todos os portugueses sabem que, uma vez caídos nas garras da PIDE, dificilmente escaparão às torturas, e mais dificilmente ainda serão postos em liberdade, mesmo condenados a uma pena relativamente pequena, porque as "medidas de segurança" transformá-la-ão em prisão perpétua.

A juventude portuguesa é sacrificada numa guerra colonialista que o governo intensifica à custa da ruína do país, sem outra saída senão a derrota e a repulsa do mundo inteiro.

Eis o ar que se respira em Portugal.

Porém, apesar de tudo o que se lhe opõe, das ameaças e provações que sobre ele pesam, o povo português persiste no combate. As torturas que põem em grave risco a vida dos prisioneiros, que chegam a matá-los ou a levá-los à loucura, não lhes quebram a firmeza moral nem fazem recuar os que, através de dificuldades e perigos constantes, defendem a democracia e o direito à liberdade. A luta prossegue, cada vez mais decidida e consciente, como que estimulada pela própria repressão.

As manifestações do 1.º de Maio do ano corrente são um exemplo dessa firmeza: enfrentando o aparato bélico das forças repressivas, milhares de pessoas vieram para a rua, reivindicando os seus direitos. O assassinato de um tipógrafo dezenas de feridos e mais de uma centena de prisões assinalam essa jornada corajosa.

Tão desumana repressão não tem somente como consequência o encarceramento de milhares de pessoas: atinge também, cruelmente, as famílias dos prisioneiros, privadas, durante meses e anos, dos seus entes queridos e, na maioria dos casos, reduzidas à miséria. O exemplo de amor e inquebrantável solidariedade dessas famílias — muito especialmente das mulheres e das mães — é deveras impressionante.

Este martírio do povo português dura desde 1926. E agrava-se de dia para dia. Como se sentissem apavorados com o fim da sua prepotência, que inevitavelmente chegará; como se experimentassem já o peso das responsabilidades que lhes cabem nos crimes cometidos, e da verdade completa sobre esses crimes, dir-se-ia que o governo de Salazar e a PIDE, seu instrumento de repressão, entraram numa fase exasperada. Citam-se, entre outras torturas, a do sono (os presos mantêm-se sob interrogatório dias e noites sem dormir), a da estatura (obrigam-se os detidos a manterem-se de pé durante vários dias até o esgotamento), salas superaquecidas, emanações de gases, espancamentos a mulheres aplicados por mulheres policiaes especializadas, etc...

Não se trata apenas de palavras para serem lidas com os olhos e escutadas com os ouvidos, não se trata apenas de palavras para comover momentaneamente corações sensíveis. Este apelo é o grito de revolta de um povo escarnecido pelo seu próprio governo. É o brado de angustia de um povo amante da liberdade que se vê esmagado pela mais absurda, retrograda e cruel tirania.

Os signatários, exilados portugueses de varias correntes da oposição ao regime de Salazar, sentem-se indignados e alarmados perante este recrutamento de perseguição política, e consideram o seu dever denunciar à consciência do mundo o que se passa em Portugal.

O mundo não pode ficar indiferente a esta realidade barbara e chocante da repressão salazarista, incompatível com a conquista da democracia e a independência nacional que são hoje o supremo anseio de todos os povos.

SALVEMOS BLANQUI TEIXEIRA

Blanqui Teixeira, que foi detido em maio p.p., tem sido barbaramente torturado, segundo informações de seu pai, coronel do exército português.

Foi submetido durante treze dias consecutivos à tortura da estatura e selváticos espancamentos, que obrigaram à sua transferência para a enfermaria da prisão.

Blanqui Teixeira, de 38 anos de idade é um engenheiro que se dedica à luta contra o fascismo desde os seus dias de estudante. Forçado a passar à clandestinidade em 1950 para escapar à repressão policial foi detido em 1957 e após ter sofrido um ano de prisão, conseguiu fugir quando estava sendo tratado num hospital. Continuou a luta anti-fascista até à data da sua prisão, em maio passado.

Blanqui Teixeira é um dos patriotas portugueses a quem o fascismo vota mais ódio, na medida em que tem dedicado a sua vida e inteligência à luta da classe operária.

Apelamos para a classe operária e opinião publica brasileira para que ajude a salvar a vida de Blanqui Teixeira, manifestando junto das autoridades salazaristas e seus representantes no Brasil o seu repúdio aos processos repressivos do fascismo e exigindo a imediata libertação de todos os patriotas presos.

Apelamos para a solidariedade universal para que seja detida a vaga de terror e aniquilamento, de miséria e morte que alastra em Portugal. Apelamos para a ONU e para a UNESCO para que levem o governo português a respeitar os princípios insertos na CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS.

Contamos com todos os Comitês de Amnistia aos prisioneiros políticos portugueses e de solidariedade ao povo português e com as organizações democráticas, certos de que intensificarão a sua ação junto das autoridades portuguesas. É forçoso que o governo de Salazar sinta diretamente o seu isolamento e reprovação do MUNDO.

Assinam o documento, entre outros, os seguintes democratas: D. Maria Lamas, prof. Manuel Valadares, prof. Emídio Guerreiro, eng. Lopes Cardoso, dr. Barradas de Carvalho, João Falcato, Silas Cerqueira, dr. Antonio José Saraiva, Vicente Campinas, Tomas Ferreira Rato, Marques da Silva.

OFENSIVA CONTRA INTELLECTUAIS

A PIDE, no passado dia 6 de julho, prendeu seis conhecidos médicos de Lisboa, os drs. Pinto Noqueira, diretor do Laboratorio do Hospital Miguel Bombarda; Seabra Diniz, diretor dos Serviços de Anestesia do mesmo hospital; prof. Jorge Yanz, do Instituto de Medicina Tropical; Armando Pena, do Instituto do Cancer; Orlando de Carvalho e Bianchi de Souza.

Alguns dias depois foram detidos o dr. Rui Branco e o estudante Dantas Julio. Posteriormente foram presos o matematico Gaspar Teixeira, o advogado Duarte Turras e o arquiteto Mario Bruxelas.

Segundo informações dos meios oposicionistas, ignoram-se os motivos dessas detenções.

Os meios intelectuais de todo o mundo movimentam-se em favor dos seus colegas.

O Conselho Executivo da Associação Médica Socialista da Grã-Bretanha apresentou seu protesto à Embaixada de Portugal em Londres, contra a prisão arbitraria dos seus colegas portugueses.

NO BRASIL

A Associação Médica do Est. da Guanabara distribuiu uma nota à imprensa, hipotecando solidariedade aos seis médicos presos pela PIDE. Conclama a AMEG todos os médicos brasileiros para que se dirijam ao governo português, ao embaixador de Portugal no Brasil e à ONU, solicitando sejam postos em liberdade os médicos detidos pela PIDE.

CONDENAÇÕES EM LUANDA

LUANDA (Do correspondente) — O Tribunal Territorial de Luanda condenou a 14 anos de prisão, por atividades subversivas, a Amaral Martins, Dias Cardoso e Mateus da Graça. Os condenados tinham sido acusados, depois do levante no norte de Angola, de terem mantido contacto com os partidos, União dos Povos de Angola (UPA) e MLNA (Movimento para a Libertação Nacional de Angola).

A sentença abrange também a suspensão dos direitos políticos durante oito anos e medidas de desterro, por períodos renováveis de 6 a 36 meses. Os advogados dos acusados apelaram para o Supremo Tribunal.

Centro Republicano Português

Publicamos abaixo o programa de conferências a se realizarem brevemente no Centro Republicano:

Dia 8 de Agosto — A IMPRENSA PORTUGUESA E A CENSURA, por Cunha Rego.

Dia 22 de Agosto — ASPECTOS JURIDICOS DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA EM PORTUGAL pelo Dr. Manuel Sertório.

Dia 3 de Outubro — IMPLANTAÇÃO DA REPUBLICA EM PORTUGAL pelo Comandante Sarmiento Pimentel.

Dia 24 de Outubro — AS ARTES PLÁSTICAS EM PORTUGAL por Fernando Lemos.

Apoio aos Trabalhadores de Portugal, Espanha e Grécia

A Confederação Geral Italiana do Trabalho lançou, na sua sessão de 27 e 28 de maio p.p., um apelo a favor da ajuda ativa aos trabalhadores dos três países europeus submetidos a regimes fascistas.

Extraímos desse apelo os seguintes passos:

"Trabalhadores Italianos, Com uma crescente brutalidade, os regimes fascistas de Portugal e Espanha reprimem os anseios de liberdade das massas trabalhadoras e do povo desses países, recorrendo ao assassinio e ao encarceramento dos dirigentes anti-fascistas e de centenas de patriotas e militantes dos movimentos que lutam pela liberdade e democracia. (...) As graves condições de miséria em que vivem os trabalhadores daqueles países e a completa subordinação das organizações sindicais oficiais à política dos respectivos governos, constituem um fator negativo do movimento dos trabalhadores europeus para consolidar e alargar as suas conquistas. Tornase, assim, indispensável e urgente uma ampla ação unitária de todas as forças sindicais europeias, dirigida simultaneamente no sentido de apoiar a luta travada pelos trabalhadores de Espanha, Portugal e Grécia e de garantir nesses mesmos países a conquista de melhores condições de vida e de trabalho. A luta contra o fascismo, sob as diversas formas que ela assume em Portugal, Espanha e Grécia; é, portanto, uma luta pela democracia na Europa, com referência à qual os trabalhadores italianos, em consequência dos ideais democráticos que sempre inspiraram a sua ação, estão empenhados em dar o seu máximo contributo" (...)

Foi este apelo que levou à promoção da "Campanha Nacional de

ao ditador, uma policia política que exerce a sua feroz ação sob o arbitrio mais absurdo, uma milicia nacional, etc.

(...) Esteja a Itália na vanguarda, em todas as ocasiões oportunas, da ação para a instauração da democracia e da liberdade na Espanha, Portugal e Grécia; que os trabalhadores italianos ocupem a primeira fila na luta contra estes últimos e perigosos resíduos do fascismo; que se faça sentir com ardor e amplitude a ação das massas trabalhadoras e de todas as forças democráticas no sentido de apoiar a luta dos trabalhadores e dos povos de Espanha, Portugal e Grécia".

AINDA A SOLIDARIEDADE ITALIANA

No passado dia 15 de junho teve lugar em Roma uma Marcha da Paz, organizada pela Consulta Italiana da Paz, e na qual participaram 30.000 pessoas. Teve a adesão de vários partidos políticos e organizações religiosas e de numerosas personalidades intelectuais tanto italianas como de outros países.

No desfile, que percorreu as principais ruas de Roma, os manifestantes ostentavam milhares de cartazes e faixas com "slogans" de luta contra a guerra e o militarismo, muitos deles hostis ao governo de Salazar e à sua guerra colonial. Assim, podiam ler-se frases como: "As colónias portuguesas são cemitérios", "Salazarismo e franquismo, lepra da Europa", "Ajuda concreta aos patriotas de Portugal e Espanha".

Durante o comício que teve lugar na Praça do Coliseu no final da Marcha, foram lidas, entre outras, saudações da Junta de Ação Patriótica Portuguesa e dos Estudantes da Africa Negra sob dominação portuguesa.

A jornada da Paz terminou com a aprovação de várias resoluções das quais destacamos a que segue:

"3) Na Europa, a Itália deve opor-se ao gaulismo, ao militarismo alemão e à sua aliança. O revanchismo na Alemanha e o poder pessoal em França representam, de fato, um sério impedimento à democracia na Europa, um grande obstáculo ao entendimento internacional para o desarmamento e uma verdadeira ameaça à Paz; a Itália deve, além disso, recusar toda e qualquer colaboração com os governos fascistas de Espanha, de Portugal e da Grécia e deve desenvolver na O.N.U. uma obra de intransigente defesa dos direitos dos povos contra as ações colonialistas e racistas como as de Angola, do Viet Nam, da Rodésia ou da Africa do Sul".

BERTRAND RUSSELL CONDENA SALAZAR

O famoso filosofo e pacifista inglês Bertrand Russell, tendo tomado conhecimento da farsa do julgamento do dirigente estudantil José Bernardino, endereçou o seguinte apelo à opinião publica mundial:

"O brutal espancamento de José Bernardino durante o seu julgamento forjado pela sua coragem em se opor a uma tirania brutal, é uma cruel demonstração do tratamento dado às pessoas dignas em Portugal. A coragem de José Bernardino, que falou desassombradamente durante a sua defesa, merece a admiração e o apoio de todos os que anseiam pelo fim do terrível regime atualmente no poder em Portugal. Apelo para a condenação do Governo de Portugal em todo o mundo e para o apoio a José Bernardino."

Solidariedade e de Luta pela Democracia, a Liberdade Sindical e o Progresso Social em Espanha, Portugal e Grécia", a qual teve lugar em Itália de 15 a 30 de junho, tendo levado às manifestações mais inequívocas de solidariedade ativa ao povo português em luta, por parte dos trabalhadores italianos.

No memorando distribuído às Câmaras Federais do Trabalho e às Federações Nacionais das Diveras categorias profissionais, a C.G.I.L. declarava, no que se refere à situação portuguesa:

"Desde há 37 anos o povo português encontra-se submetido à ditadura pessoal do fascista Salazar cujo regime se caracteriza pela ferocidade da repressão, a qual serve para perpetuar a absoluta falta não só de democracia mas também das mais elementares liberdades civis. Pense-se que, com base numa lei sobre "medidas de segurança", a policia política pode encarcerar qualquer cidadão por um período de três anos, indeterminadamente prorrogável, sem que haja sequer lugar a qualquer processo. Para demonstrar com quanta ferocidade o regime salazarista se lança contra o povo português, basta recordar que desde 1926 até agora foram pronunciadas condenações para mais de 55.000 cidadãos; desde 1959, uma média anual de 1.000 cidadãos tem sido condenada a prisão; e em 1962 foram efetuadas mais de 6.000 detenções por motivos políticos. O regime baseia-se nas estruturas tradicionais das ditaduras fascistas: uma Assembléa Nacional completamente submetida

Tirania portuguesa

Sob o titulo acima o influente hebdomadario ingles "New Statesman", publicou recentemente o texto integral de uma carta circular dirigida à opinião publica da Inglaterra pelo Comité Britânico para a Liberdade de Portugal e Colónias. A seguir transcrevemos alguns trechos dessa carta:

"O dr. Salazar procura esmagar cada vez mais qualquer tentativa de oposição ao seu regime. Em dezembro soube-se da prisão de vinte e oito medicos, advogados, professores, jornalistas e comerciantes em Aveiro. Não se sabe ainda quando serão julgados, mas a lista de trabalhadores, estudantes e artistas, aguardando julgamento é já bastante longa e aumenta cada vez mais. Possuimos listas de grupos presos em janeiro, maio, agosto, outubro e dezembro, totalizando 93 pessoas — e ainda outros desconhecidos. É costume do governo português pretender apresentar todos estes oposicionistas como comunistas — mas sabemos que isso não corresponde à verdade.

Não devemos poupar-nos a esforços para enviar observadores do estrangeiro a estes julgamentos. A experiencia demonstra que as sentenças são mais moderadas quando há observadores presentes; e aparte isso a presença de observadores responsáveis é uma fonte de encorajamento para todos os que lutam pela democracia em Portugal".

PORTUGAL DEMOCRATICO

PRONUNCIAMENTO...

(Continuação da pág. 3)

quanto seja a exteriorização do seu ódio a um regime político que outra lhe não tem feito senão roubá-lo: roubá-lo nos seus salários roubá-lo na sua saúde, roubá-lo na sua cultura, para lhe roubar, ainda por cima, os filhos, mandando-os morrer nas terras de Angola por uma causa indigna e odienta.

Todas estas lutas desencadearam uma onda repressiva sem precedentes. Encheram-se as prisões, mas a luta continua no caminho da sublevação nacional, forjando-se a unidade indispensável para que ela prossiga e alcance o seu objetivo, pois não há tirania nem repressão capaz de deter um Povo no caminho luminoso da Liberdade, quando ele está, como o Povo Português, firmemente decidido a conquistá-la.

A MARCHA DA HISTÓRIA

Um furacão varre o mundo. Em toda a parte, os povos coloniais adquirem consciência política e levantam-se em lutas heróicas pela Independência. A maioria dos países colonialistas, demagógica e habilidosamente, concedem uma independência de fachada aos povos por eles subjugados, com pretensa autonomia política na generalidade dos casos, mas impondo em certo grau e sempre que podem, autêntica dependência económica -- aquilo a que se chama neo-colonialismo.

Também nas colónias portuguesas surgem os primeiros indícios de luta pela sua emancipação. Mas Salazar, misturando Pátria com Colónias, chama a estas "Províncias Ultramarinas", parte integrante da Nação Portuguesa, afirmando o solene e contraditório disparate -- digno de uma conversa de loucos num manicócio -- que "nós constituímos tradicionalmente um agregado multi-continental, pluri-racial e com autonomia dirigida". E como, em face deste velho conceito, se negou a discussão com os dirigentes dos movimentos nacionalistas para a independência das colónias que mantemos -- gritando em delírio que lá também é Pátria, tal como cá -- telmou nesta posição e arrastou o País para uma guerra de tipo colonial, com as inevitáveis e desastrosas consequências que daí irão resultar.

Os povos colonizados, quer Salazar queira, quer não, tornar-se-ão independentes. Mas nós, pagaremos com a nossa miséria, cada vez maior, a loucura de uma guerra de Angola e de outras guerras que Salazar irá forjar na Guiné e em Moçambique: -- Aumento das contribuições e dos impostos; criação do imposto de consumo; empréstimos exteriores de milhões de contos em condições ruinosas, numa verdadeira hipoteca do País; diminuição incessante do crédito bancário, o que torna cada vez mais difícil a vida do pequeno e do médio comércio, da pequena e da média agricultura e da pequena e da média indústria, que se debatem numa crise cada vez maior. A mobilização de milhares de soldados e o seu envio para uma guerra que lhes não diz respeito, colocá milhares de mães e de esposas vivendo na incerteza de voltarem a ver, com vida e com saúde, aqueles que partiram.

Quando do começo da questão da Índia, todos os senhores "Possuidores do Poder Económico" -- tanto nacionais como estrangeiros -- faziam círculo unido e côro afinado em volta de Salazar. O pior -- para eles, claro está -- é que os ventos de libertação foram soprando também por cima das restantes colónias portuguesas, onde os tais "Senhores do Poder Económico" começam a ver que se lhes acabará -- é apenas questão de tempo -- todas as possibilidades de lá irem buscar, de qualquer forma, o fabulosos lucros com que se têm locupletado. Sentem-se, portanto, em perigo imediato e querem sobreviver e não serem apancados ou sequer diminuídos na sua posição de potentados. No decorrer da acção da União Indiana contra Goa, Damão e Diu, verificaram que os aliados nada de prático fizeram

para a evitar e que, no decorrer de todo o processo anti-colonialista que se tem desenrolado na ONU, os seus métodos de exploração do trabalho escravo, o seu sistema repressivo nas colónias, o atraso em que propositadamente têm sido mantidos os povos daqueles territórios são alvo do constante desmascaramento na Assembléa das Nações Unidas. Votações massivas contra a colonização portuguesa têm sido o remate final de comprovadas acusações. Verificaram estar sós no mundo -- apenas na indesejável companhia do fascismo espanhol e da Africa do Sul, onde campeia o mais feroz racismo.

Que lhes sirva de exemplo a guerra da Argélia, a dois passos da França, que esta não pode aguentar e a quem, ao cabo de sete anos, de luta, teve que terminar por reconhecer -- embora com muitas reticências -- uma independência que os "ultras" não queriam.

E pense-se: Se a França -- grande potência -- não satú vitoriosa desta luta o que sucederá conosco em territórios tão afastados, sem possibilidades e obretudo, quando a luta armada se estender à Guiné e a Moçambique? Será a derrota total.

Ante a eminência certa de tudo perderem, procurarão os "Possuidores do Poder Económico" ir para as formas do neo-colonialismo, concedendo suposta liberdade política às colónias que eles sugam e que, querendo continuar a sugar, manterão numa estreita dependência económica. Manejarão as coisas de maneira a instituir para esses territórios governos fantoches, à imagem de um Fulgêncio Batista em Cuba, de um Tshombé no Catanga ou de um Adula no Congo.

Mas Salazar, com a sua política ultra reaccionária, com uma mentalidade do século XIII em pleno século XX, teimoso, sectário, cacético, supondo-se infalível, com o poder político que os "Possuidores do Poder Económico" concentraram em suas mãos, louco de mando, endeusado, não cede, não discute, não aceita plataformas de entendimento. Não se aguentará muito tempo em guerra, uma vez que o país não tem capacidade económica para tal e nessa altura é a independência das colónias, sem condições. Os "Potentados", os colonialistas, antevedido isso, manobram e continuarão a forjar soluções de compromisso que lhes continuem a dar lucros, muitos lucros... única razão da sua existência, ainda que tenham que sacrificar Salazar, colocando no seu lugar um "testa de ferro" mais "saboroso", mais de acordo com a época em que vivemos.

Mas a luta sempre crescente dos Povos Coloniais e do Povo Português deverá, por certo, ter-lhes feito sentir que uns e outros, estão dispostos a varrê-los a todos, aos detentores do poder político e do poder económico, não faltará muito tempo.

VIVA A LIBERDADE!
VIVA A DEMOCRACIA!
ABAIXO O FASCISMO!
JUNTA DE AÇÃO PATRIÓTICA DO PORTO
MAIO DE 1963

PEQUENAS NOTÍCIAS

* Três contingentes militares de Caçadores 5 seguirão para as colónias a fim de reforçar o exército de ocupação concentrado em Angola, Moçambique e Guiné

* O governo da União Indiana, por intermédio da República Árabe Unida, protestou junto do governo fascista português contra "a violação constante do acórdão indoportuguês relativo às facilidades dadas aos cidadãos indianos expulsos do território português".

* A Agência Norte-Americana "UNITED PRESS INTERNATIONAL", persistindo na sua política de colaboração com o governo português, acaba de dar o maior rélevo a uma série de reportagens de Peter Knox, enviado especial a Angola e Moçambique, que endossa as teses colonialistas de Salazar.

* Na região de Chaves realizaram-se em junho exercícios de tática "anti-guerrilhas" contra supostas forças "rebeldes". A parte mais importante destas manobras é a "acção psicológica" empreendida junto das populações locais visando à sua "recuperação".

Graves derrotas salazaristas na Guiné

Apesar de todos os desmentidos oficiais do governo de Lisboa, a situação na Guiné "Portuguesa", continua a agravar-se para as autoridades colonialistas portuguesas. É um fato, por exemplo, o maloteiro de todos os ataques desfechados pelas forças militares portuguesas contra a ilha de Como, liberada em fevereiro pelos elementos do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.). A ultima tentativa foi empreendida em junho, mas os atacantes foram repelidos com perdas apreciáveis, não obstante contarem com apoio aéreo.

Nas ultimas semanas, as guerrilhas nacionalistas que operam nesta colónia portuguesa alcançaram novas vitórias sobre as tropas colonialistas de Salazar. Dois barcos de defesa marítima portugueses, que se preparavam para bombardear a região de Cadique, tiveram de retirar. Outro barco a motor, o "Santa Maria", teve também de retirar do porto de Cafino, deixando sete mortos e ficando varios soldados portugueses feridos, no combate que lhe foi movido pelos nacionalistas guineenses. Outro barco, o "Cabo de São Vicente", que transportava reforços militares, foi gravemente danificado num ataque de surpresa, tendo a sua guarnição sofrido numerosas baixas. Na estrada de Salancour os guerrilheiros atacaram uma viatura militar portuguesa, tendo morto 13 soldados. Sob pressão dos nacionalistas, finalmente, as tropas de Salazar tiveram de abandonar a região de Cabochangue, deixando igualmente varios mortos no campo.

Depois destes fatos 3 pontes foram destruídas, nas estradas de Mansabate, Olossato e Mansoa, que dão acesso ao importante centro comercial de Bossora. A ligação telegráfica entre Mansoa e Bissora foi, pouco depois, cortada. A ponte de Caurba, entre Farim e Begane, foi também destruída pelos guerrilheiros nacionalistas, tendo ficado gravemente comprometido, em consequência, o acesso à região norte da colónia. Um comboio de 3 caminhões e 2 jipes, que transportavam tropas portuguesas, foi atacado de surpresa a 7 km de Olossato, tendo morrido 14 soldados e ficando feridos numerosos outros.

O incessante aumento do poder ofensivo dos guerrilheiros guineenses torna já desesperada a permanência, por muito mais tempo, do colonialismo salazarista nesta colónia. Uma nova Góá se aproxima.

Protestos contra o terror fascista

A onda de terror desencadeada pelo fascismo português contra todos os setores da Oposição, que atinge homens, mulheres e jovens de todas as profissões e classes sociais, tem despertado a mais viva repulsa nos meios sindicais de todo o mundo.

A Federação Sindical Mundial -- FSM e a Confederação Geral dos Trabalhadores -- CGT (França), interpretando os sentimentos de revolta e indignação dos seus milhões de filiados, enviaram a Salazar os seguintes telegramas:

"A Federação Sindical Mundial protesta enérgicamente contra a nova vaga de prisões desencadeada pela policia politica, ás ordens de seu governo, sobre os democratas portugueses.

Os verdugos de sua policia, não contentes em prender dezenas de militantes operários e democratas, cujo único crime é lutar pelas liberdades democráticas e sindicais, reconhecidas em todos os países civilizados como um direito legitimo, brutalizam e torturam selvaticamente todos os presos.

Uma vez mais se manifesta de maneira sangrenta a vontade pre-concebida de seu governo de afogar, por meio da repressão policial e do terror, a acção reivindicativa dos trabalhadores e do povo português por melhores condições de vida, pelas liberdades democráticas e sindicais e pelo fim da guerra colonial.

A FSM pede que cessem as torturas infligidas aos presos, uma enístia geral para todos os presos e exilados políticos e o respeito pela pessoa humana.

a) -- Louis Saillant, Secretario Geral".

TELEGRAMA DA C.G.T.

"Profundamente indignados pela sangrenta repressão que se abateu sobre os militantes operários e os patriotas na ocasião do Primeiro de Maio a C.G.T. levanta, em nome da classe operária francesa um novo e enérgico protesto.

Plenamente solidários para com os trabalhadores e o povo português que lutam com coragem contra os métodos fascistas de vosso governo e contra a PIDE nós pedimos que seja posto termo aos assassinatos, ás torturas, ás prisões, que os direitos e liberdades elementares do homem sejam respeitados e que sejam postos em liberdade os presos políticos por uma enístia geral."

Colonialismo e Anti-colonialismo

GUERRA EM ANGOLA

Nas regiões de São Salvador e Bessa Monteiro, ocorreram recentemente, segundo o insuspeito "New York Times", choques muito violentos entre tropas portuguesas e guerrilheiros nacionalistas. Pelo menos seis soldados portugueses morreram e doze ficaram feridos. Também na região do Quicabo os guerrilheiros se encontram muito ativos, tendo infligido numerosas baixas a fazendeiros membros das milicias salazaristas.

AGRESSÃO ECONOMICA DO GOVERNO PORTUGUÊS

O governo português embora pretendendo apresentar-se como vítima da conjura de alguns Estados africanos, aliados ao "comunismo internacional", prepara-se, todavia, para tomar medidas de agressão económica contra os países centro-africanos. Com efeito o governo de Salazar tomou a resolução de impedir a exportação dos minérios da Rodésia do Norte e até dos de Katanga, como protesto contra a integração desta provincia congoleza na República do Congo. O plano traduz-se na alegação de se encontrarem para reparações as duas estradas de ferro que transportam tradicionalmente para os Portos de Lobito (Angola) e Beira (Moçambique) o cobre daquelas duas regiões. Por outro lado, como decorrência do "Pacto Branco da Africa Austral", o governo de Salazar espera que a União Sul-Africana recuse igualmente o transporte do cobre do Congo e da Rodésia do Norte através das estradas de ferro da União, asfixiando assim por completo a possibilidade da sua exportação.

AJUDA ATIVA DA ARGELIA

Varios grupos de jovens angolanos têm chegado nos ultimos tempos a campos militares argentinos, a fim de serem submetidos a intenso treino militar. Um grupo de 50 jovens, transportado por um Comet da R.A.U., juntou-se recentemente a mais de 300 que já se encontravam na Argélia.

PORTUGAL DEMOCRATICO
DIRETOR RESPONSÁVEL: Otávio Martins de Moura
SUCURSAL
RIO DE JANEIRO: Praça 11 de Junho, 356 -- Telefone: 43-5110
REPRESENTANTES
RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva -- Av. Dantas Barreto, 564 - 9.º sala 908
CURITIBA -- A. Ferrer -- Rua João Pessoa, 67
LONDRINA: Julio Duarte -- Caixa Postal 1.229
FORTALEZA: Dr. Carlos J'Algo -- Av. Visconde de Caupe, 2.833 -- Fortaleza -- Ceará
PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio -- R. Dr. Flores -- 96 -- Rio Grande do Sul
PELOTAS: Heitor M. Bandeira -- Rua 7 de Setembro 312 -- Pelotas -- Rio Grande do Sul
SALVADOR: Américo Carvalho -- Av. Sete, nº 1 -- Edifício Sulaesp, 215 -- Salvador (Bahia)
INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.
CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association -- 47 Barrymore Road -- Scarborough -- Ontário -- Canadá
VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa -- Apartado 8287 -- Caracas
ARGENTINA -- Manuel Lopes -- Beníte Perez Galdos, 222 -- Buenos Aires
URUGUAI -- Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, N.º 1.128 -- Distrito 5 -- Montevideo
CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro -- Postovná Urada -- Jindriská, 15 -- Schránká 646 -- Praha --
REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 -- Sala 2 -- Caixa Postal 4.469 -- Tel.: 37-0933 -- São Paulo
EXPEDIENTE
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Numero avulso: Cr\$ 20,00
Assinatura anual: Cr\$ 600,00
Ass. p/ o Exterior: US \$ 5,00
porte aéreo
Ano VIII - N.º 74 - Agosto - 63
Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

Petição ao Titular do Itamarati

PORTUGAL DEMOCRATICO

Continua, infelizmente, sem solução o problema dos asilados portugueses na Embaixada do Brasil em Lisboa. As declarações do embaixador Alvaro Lins sobre o assunto, contidas na sua entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo" — parcialmente reproduzida em nosso último numero — tiveram entretanto grande repercussão entre a opinião pública brasileira, com o depreço da petição-apelo a seguir reproduzida, enviada ao ministro das Relações Exteriores, dr. Evandro Lins e Silva, e assinada por personalidades das mais representativas dos setores intelectual, político, estudantil e sindical.

"Como é certamente do conhecimento de Vossa Excelência, o jornal "O Estado de São Paulo", inseriu em sua edição de 23 de junho uma entrevista com o ex-embaixador do Brasil em Lisboa, senhor Alvaro Lins, em que aquele escritor e diplomata faz as mais graves revelações sobre problemas relacionados com as relações existentes entre os governos do Brasil e de Portugal. Causaram particular e conflagradora impressão em todo o País — pois aquelas declarações foram reproduzidas por numerosos jornais — os fatos relativos à situação criada pela presença de 13 asilados políticos em nossa embaixada em Lisboa. Depreende-se das fundamentadas acusações do sr. Alvaro Lins que os asilados não são para o embaixador brasileiro hóspedes "mas prisioneiros que apenas poupam trabalho e despesa à polícia de Portugal". Dispensamo-nos de reproduzir as gravíssimas faltas em que incorreu o chefe da nossa missão diplomática em Lisboa, faltas que estão documentadas nos arquivos do Itamarati e que, para opróbio da diplomacia e da dignidade nacionais, o transformam, aos olhos da opinião pública em um agente a serviço do salazarismo.

Se nos dirigimos a Vossa Excelência, interpretando o sentimento popular, é para, verificada a impossibilidade de se encontrar uma solução para o caso dos asilados enquanto mantivermos em Lisboa um embaixador que pela sua ação contraria frontalmente a política exterior de independência do governo da República, solicitarmos que sejam tomadas por Vossa Excelência, como titular do Itamarati, as medidas requeridas pela milhante situação criada para a soberania nacional. Outrossim, e identificando com a política exterior da dignidade e independência decorrente da vontade popular, aguardamos esperanças que, sob a égide de Vossa Excelência, essa política encontre tradução em atitudes práticas no que se refere ao colonialismo português, pois até agora, apesar de todas as declarações em contrário, o Brasil continua a apoiar indiretamente o governo fascista e colonialista de Salazar.

Subscreveram este memorando as seguintes personalidades e entidades.

DE SÃO PAULO:

Sergio Milliet — Escritor e Presidente da Comissão Coordenadora Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal; Luiz Rezende Puech — Procurador de Justiça; Dolores de Melo Vassão — Secretária Geral da Comissão Coordenadora Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal; Dacio de Arruda Campos — Juiz; Isolino da Cunha Motta — Escritor; Sergio Buarque de Hollanda — Roberto Mallet — Ruy Coelho — Luis Jacy Monteiro e Octavio Ianni — Professores Universitários; Mario Neme — Escritor; Bráulio Pedrosa — Vladio Herzog — Luis Wejs — Luis Salinas Fortes — Edmundo Soares Bastos — Jornalistas; Maurice Capoville — Diretor Cinematográfico; Calo Prado Gracco Jr. — Editor; Antonio Penteado — Jornalista; Mario Donato — Presidente da União Brasileira de Escritores; Marcus Rey — Pascoal Melantônio — Paulo da Silveira Santos — Ibiapaba Martins — João Freire de Oliveira — Moisés Vinhas — João Antônio — Calo Porfirio Carneiro — Renata Pallottini — Diretores da União Brasileira de Escritores; Cid Franco — Deputado Estadual; Raul Schwinden — Deputado Estadual; Paulo Singer — Secretário do Diretório Regional do Partido Socialista Brasileiro; Fulvio Abramo — Presidente do Diretório Municipal do Partido Socialista Brasileiro; Gabriel Silva — Vereador à Câmara Municipal de Guarulhos; Camal Schaim — Secretário Geral do Diretório Regional do Partido Socialista Brasileiro; José Carvalho — Secretário Geral do Diretório Municipal do Partido Socialista Brasileiro; Rolando Roque da Silva — Escritor; José Serra — Presidente da União Estadual dos Estudantes — Diretório Central dos Estudantes da Universidade de S. Paulo; Oscarino Marçal — Presi-

dente do Centro Acadêmico XI de Agosto; João Louzada — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo; Remo Forli — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo; Rocha Mendes Filho — Presidente do Sindicato dos Gráficos de São Paulo; Raymundo N. de Souza — Secretário do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos de S. Paulo; Luis Firmino de Lima — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Ind. de Fiação e Tecelagem de São Paulo; Silvestre Bozzo — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Ind. Papel e Papelão de São Paulo; Pedro Francisco Iovine — Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo; Presidente da Federação dos Trabalhadores na Ind. do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo; Reginaldo Dias do Nascimento — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Ind. de Panificação e Confeitaria de S. Paulo; Florizio Alves — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Ind. Extração de Mármore, Cálculos e Pedreiras de São Paulo; Gentil J. Silveira — Secretário do Sindicato dos Trabalhadores na Ind. Calçados de São Paulo; João Carrascosa — Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários do Estado de São Paulo; Domingos Alvares — Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Ind. Metalúrgicas e Mecânicas do Est. de São Paulo; — Sindicato dos Trabalhadores na Ind. Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça de São Paulo.

DO RIO DE JANEIRO:

Luiz Gonzaga de Oliveira Leite — General; Oscar Gonçalves Bastos — Coronel; Eneida — Escritora; Barbosa Mello — Professor e Diretor da Revista "Leitura"; Epitácio Caó — Jornalista; Arlindo da Cruz Ribeiro — Engenheiro; José Lopes — Funcionário Público; João de Barros — Comerciante; Luis Bayardo da Silva — Tenente Coronel; Henrique Miranda — Professor; Paulo Schilling — Economista; Gentil Noronha — Economista; Jocelyn Brasil — Escritor e Coronel Aviador; José Guttman — Editor; Peixoto de Oliveira — Capitão Aviador; Luis de Oliveira — Militar; Raul Falcão — Oficial da Marinha Mercante; Tito Canto — General; Aristeu Magalhães — Comerciante; Walter Barbosa da Costa — Jornalista; José Varela Barca — Capitão de Mar e Guerra; Acyr Medeiros — Jornalista; Zilda R. Balga — Doméstica; Sinval Palmeira — Dep. Estadual; Marcello A. Cerqueira — Diretor da Rev. "Movimento"; R. Theodoro Botinelly — Secretário da União Nacional dos Estudantes; Roberto Mário Mafrá — Secretário da UNE; Luis Oscar de Toledo — Vice-Presidente da UNE; Pedro Ayres Pontes — Assessor da UNE; Carlos A. Oliveira dos Santos — Vice-Presidente da UNE; Gilson Assis Dayrell — Presidente da SELAEE; Ilane Macedo Rocha — Presidente do DAMK — RJ; Mafelena C. B. Silva — Diretório Central Estudantes — U.F.E.; Severino Rezende — Estudante EPUC; M. Vanuzzi — Vice-Presidente da União Internacional dos Estudantes.

LIDERES SINDICAIS DA GUANABARA

Helio Marques da Silva — Presidente do Sindicato dos Professores; João Massena Melo — Líder Sindical e Deputado da GB; José Lelis da Costa — Presidente em exercício do Sindicato dos Metalúrgicos; Mario Pacheco Filho — Sindicato dos Bancários (seção Madureira); Elza Gonçalves de Aquino — Sindicato dos Bancários (seção Madureira); Clovis Estelita Pereira Cunha — Sindicato dos Alfalates e Costureiras da GB (1.º secretário); José Amaral — Presidente do Sindicato dos Oficiais de Marceneiros Inds. Serr. e Moveis do R.J.; Hercules Correia dos Reis — Presidente do S.I.F.T.; Epiphânio de Oliveira Braga — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos do Rio de Janeiro; José Pereira de Santana, —

Secretário Geral do Sindicato dos Mestres e Contra-Mestres de Fiação e Tecelagem; Juracy Costa — Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroaviários do Rio de Janeiro; Josias Lima — Secretário Geral do Sindicato Nacional dos Aeronautas do Rio de Janeiro; Aristeu Ferreira de Melo — 1.º Secretário do Sindicato Nacional dos Mestres, Marinheiros, Mãos e Armadores dos Transportes Marítimos; Delson Placido — Secretário do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas, Radiográficas e Radiofônicas do Rio de Janeiro — GB; José da Cunha Vidal — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Central do Brasil; Romita — Presidente do

Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Gráficas do Estado da Guanabara; João Guilherme de Figueiredo — Presidente do Sindicato dos Trab. Ind. Calçados e Luvas Bolsas P.R.E.G.

DE RECIFE

Geraldo Gomes da Silva — Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Recife; José Joaquim Pinto de Azevedo — Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Pernambuco da Universidade do Recife; Claudio Luiz Neves — Presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia da Universidade do Recife etc.

ULTIMA HORA

O Conselho de Segurança pede a independência das colonias!

No momento em que fechamos esta edição de PORTUGAL DEMOCRATICO, o fascismo português acaba de sofrer a maior derrota diplomática da sua sinistra história. O Conselho de Segurança da ONU — por oito votos e três abstenções — aprovou o projeto de resolução afro-asiático que pede a autodeterminação e a independência das colônias portuguesas da África. Uma vez aprovadas as emendas venezuelanas ao texto original, o importante documento apresenta a seguinte redação:

"O Conselho de Segurança, tendo examinado a situação nos territórios administrados por Portugal, como foi exposto pelos 32 Estados membros africanos; recordando a resolução datada de 9 de junho de 1961, e as resoluções de 14 de dezembro de 1962 e de 18 de dezembro do mesmo ano, da Assembleia Nacional;

Lembrando a resolução de 15 de dezembro de 1960, pela qual a Assembleia Geral declarou que os territórios administrados por Portugal eram territórios não autônomos, no sentido do capítulo XI da Carta das Nações Unidas, assim como a resolução de 14 de dezembro de 1960, pela qual a Assembleia Geral declarou que se tomariam medidas imediatas para transferir todos os poderes aos povos desses territórios, sem nenhuma condição ou reserva, e de acordo com seus desejos, expressos livremente, sem nenhuma distinção de raça, crença ou cor, com o objetivo de permitir-lhes desfrutar completa liberdade e independência: 1) Confirma a resolução da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1960; 2) Afirma que a política de Portugal, que pretende que os territórios que administra são territórios de "ultramar" e fazem parte do Portugal metropolitano, é contrária aos princípios da Carta e às resoluções pertinentes da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança; 3) lamenta a atitude do governo português suas contínuas violações dos princípios da Carta das Nações Unidas e sua persistente negativa em aplicar as resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança; 4) Comprova que a situação nos territórios administrados por Portugal prejudica gravemente a paz e a segurança na África; 5) Convida Portugal a aplicar urgentemente os dispositivos seguintes: a) Reconhecer imediatamente os direitos dos povos que administra à auto-determinação e à independência;

b) cessar imediatamente todo ato de repressão e retirar as forças militares e outras que emprega com esse objetivo;

c) promulgar uma anistia política incondicional e criar as condições que permitam o livre funcionamento dos partidos políticos;

d) iniciar negociações na base do reconhecimento do direito à auto-determinação com os representantes qualificados dos partidos políticos existentes no interior ou no exterior dos territórios, com vistas à transferência de poderes a instituições políticas livremente eleitas e representativas das populações, conforme a resolução 1514 (XV);

e) outorgar imediatamente, de pois, a independência a todos os territórios que administra, de acordo com as aspirações das populações;

6) Roga a todos os Estados que cessem imediatamente de dar ao governo português todo tipo de assistência que lhe permita continuar

a repressão contra as populações dos territórios que administra e tomar todas as medidas necessárias para impedir a venda de armas e material destinados a tal repressão ao governo de Portugal;

1) Roga ao secretário-geral da ONU que aplique os dispositivos da presente resolução; facilite a assistência que para isso julgue necessária.

A POSIÇÃO DO BRASIL

Como era de esperar, em face das declarações feitas durante o debate os Estados Unidos, a França e a Inglaterra abstiveram-se. Entretanto, apesar dos desesperados esforços do governo de Lisboa, o Brasil votou a favor da resolução, sendo assim esta a primeira vez em que se pronuncia abertamente na ONU contra o colonialismo fascista de Salazar. Os representantes de Gana e Marrocos haviam desde o início do debate contado com a compreensão e o apoio do embaixador Carvalho Silos embora, obedecendo a instruções do Palácio da Alvorada, o delegado brasileiro usasse sempre de um tom bastante moderado. Isso lhe valeu uma torrente de injúrias da imprensa a salariada de Lisboa, a qual parece esquecer que não se tratou do voto de um diplomata mas sim da manifestação dos sentimentos da opinião pública brasileira de que o governo de Brasília se fez interpretar no C.S. O representante do Brasil não só negou a validade da tese colonialista segundo a qual Angola, Moçambique e demais colônias são "provincias ultramarinas" como afirmou terem as coisas chegado a um ponto em que o Brasil não pode deixar de apoiar a independência de todas as colônias portuguesas.

PRESSÕES SALAZARISTAS JUNTO DO GOVERNO BRASILEIRO

O embaixador de Salazar no Brasil andou, numa roda viva, procurando obter junto do presidente João Goulart, um pronunciamento favorável do governo brasileiro para a política colonialista de Salazar. A imprensa brasileira denunciou essas andanças do embaixador de Salazar e a "Unidade Democrática Portuguesa — UDP", atenta às manobras salazaristas, enviou o seguinte telegrama ao sr. presidente da República:

"Presidente João Goulart
Palácio do Planalto — Brasília.
A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa vem transmitir a Vossa Excelência o unanime sentimento do povo português e da Oposição unificada das forças políticas democráticas sobre o problema colonial português, absolutamente contrários à política colonialista de Salazar, para a qual segundo a imprensa, o embaixador salazarista no Brasil procura a adesão do governo brasileiro.
A Comissão Executiva".

MANIFESTAM-SE DEMOCRATAS PORTUGUESES DO RECIFE

Os democratas portugueses do Recife acompanharam também atentamente, como aliás todos os núcleos de emigrados, o debate travado no Conselho de Segurança e as manobras da diplomacia salazarista a que nos referimos acima. Fixando a sua posição de democratas e de anti-colonialistas enviaram ao presidente João Goulart o seguinte telegrama:

"Os signatários cidadãos portu-

gues saudam vossa excelência e tendo presente posição Brasil liderança libertação povos coloniais vem declarar que apoiam independência Guiné Angola Moçambique e repudiam apelo dirigido a vossa Excelência pelo almirante Tomaz. Negam almirante Tomaz e governo Salazarista legitimidade representar Portugal e consideram política salazarista extremamente grave futuro nossa Pátria. Afirmam Independência povos Africanos condição essencial para independência e convivência Portugal todos povos."

RUY GOMES — JOSÉ MORGADO — ANTONIO BROTA — MANOEL FERNANDES — ANGELO FERREIRA — HUMBERTO TEIXEIRA — JOAQUIM MARTINS — IRENE FERNANDES.

De outro lado, o mesmo grupo de democratas enviou ao presidente do Conselho de Segurança o telegrama que abaixo reproduzimos:

"Democratas portugueses Recife, apoiam independência Guiné e Angola, considerando a participação ministro salazarista ofensa aos direitos do homem e insulto povo português.

a) Ruy Gomes — José Morgado — Manuel Fernandes — Angelo Ferreira — Humberto Teixeira e Irene Fernandes.

AS POTENCIAS OCIDENTAIS E SALAZAR

Não foi entretanto a condenação pelo Conselho de Segurança da ONU a única derrota sofrida por Salazar nos últimos dias. Para o fascismo português, as desfeitas, no terreno militar e no político, vem-se acumulando em ritmo alarmante desde a expulsão dos seus representantes da Conferência promovida pela UNESCO sobre Instrução e da última reunião da Organização Internacional do Trabalho. Os próprios aliados de Salazar o abandonam à sua sorte. O aguçamento das contradições entre a política africana das grandes potências ocidentais e a sua política de benevolência e amizade para com o governo de Salazar traduz-se numa série de derrotas para o fascismo português na ONU. Assim, sob proposta da Etiópia e do Senegal, consumouse a expulsão de Portugal da Comissão Econômica para a África, pertencente ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Nenhum voto foi expresso a favor do governo português, pois absteram-se os Estados Unidos, a França, a Itália e os restantes países do bloco ocidental.

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Coim. Puro, 101, C.P. 449 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes

1100-38.
ALEXANDRE ANTUNES PEREIRA
R. LUCAS OBEZ, 259
IPIRANGA — CAPITAL

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Coim. Puro, 101, C.P. 449 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes

1100-38.
ALEXANDRE ANTUNES PEREIRA
R. LUCAS OBEZ, 259
IPIRANGA — CAPITAL

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Coim. Puro, 101, C.P. 449 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes

1100-38.
ALEXANDRE ANTUNES PEREIRA
R. LUCAS OBEZ, 259
IPIRANGA — CAPITAL

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Coim. Puro, 101, C.P. 449 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes

1100-38.
ALEXANDRE ANTUNES PEREIRA
R. LUCAS OBEZ, 259
IPIRANGA — CAPITAL

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Coim. Puro, 101, C.P. 449 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes

1100-38.
ALEXANDRE ANTUNES PEREIRA
R. LUCAS OBEZ, 259
IPIRANGA — CAPITAL